

REPÚBLICA DE CABO VERDE

SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

AGENDA ESTATÍSTICA
PARA O DESENVOLVIMENTO
2006- 2012

VISÃO

Em 2012, o Sistema Estatístico de Cabo Verde será um sistema eficaz, que permita a produção e difusão, numa base sustentável, de estatísticas fiáveis, transparentes, com comparabilidade internacional, no quadro da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas de desenvolvimento económico e social.

ABRIL DE 2007

INDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
CONTEXTO ESTATÍSTICO.....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	11
PREÂMBULO.....	16
PARTE A : CONTEXTO DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	18
A.1 DECISÕES CONDUCENTES À ELABORAÇÃO DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	18
A.2 COBERTURA DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	22
A.3 ENQUADRAMENTO GERAL DO SEN.....	30
PARTE B : VISÃO E OBJECTIVOS.....	46
B.1 VISÃO GERAL.....	46
B.2 OBJECTIVOS DA AGENDA ESTATÍSTICA 2008-2012.....	46
B.3 VALIDAÇÃO DA AGENDA.....	47
PARTE C : INCLUSÃO DA AGENDA NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA.....	48
C.1 BREVES SOBRE O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA.....	48
C.2 OUTROS PROGRAMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	49
PARTE D : ACÇÕES ESTRATÉGICAS.....	51
D.1 MATRIZ DO QUADRO LÓGICO DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	51
D.2 ESTABELECIMENTO DE UM PLANO DE ACÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	58
PARTE E : ACTORES E RESPECTIVOS PAPÉIS.....	65
E.1 ACTORES DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	65
E.2 BENEFICIÁRIOS.....	67
PARTE F : MEIOS NECESSÁRIOS E ORIGEM DAS CONTRIBUIÇÕES.....	68
F.1 MEIOS PARA A MONTAGEM E SEGUIMENTO DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	68
F.2 MEIOS PARA A PRODUÇÃO E DIFUSÃO ESTATÍSTICA.....	68
F.3 MEIOS FINANCEIROS PARA A AGENDA ESTATÍSTICA.....	69
PARTE G : PROPOSTA DE CALENDÁRIO.....	71
G.1 CALENDÁRIO GERAL DA AGENDA.....	71
G.2 CALENDÁRIO DA PRODUÇÃO ESTATÍSTICA.....	71
PARTE H : ANEXOS.....	72
H.1 ADOÇÃO INSTITUCIONAL DA AGENDA ESTATÍSTICA.....	73
H.2 ADOÇÃO PELOS PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO.....	76
H.3 PLANO DE ACTIVIDADES ESTATÍSTICAS.....	76
H.4 PLANO DE FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL.....	76
H.5 PLANO TECNOLÓGICO.....	76
SÍNTESE.....	77
I. O QUE É A AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	78
II. QUAIS OS OBJECTIVOS DA AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	78
III. QUAIS AS COMPONENTES DA AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	78
IV. PRINCIPAIS MARCOS.....	78
V. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	80
VI. A AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ACOLHE OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ESTATÍSTICA OFICIAL APROVADOS PELA COMISSÃO DE ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS EM 1994.....	83

VII. UMA AGENDA ESTATÍSTICA PARA A INTEGRAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	85
VIII. PLANO DE ACTIVIDADES ESTATÍSTICAS	94
IX. PLANO DE FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO SEN PARA 2006-2012	94
X. ACTORES	97
XI. RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA	98
XII. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	99

SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLAS SIGNIFICADO

ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ANSA	Agência Nacional de Segurança Alimentar
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BDEO	Base de Dados de Estatísticas Oficiais
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNEST	Conselho Nacional de Estatística
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGCI	Direcção Geral da Cooperação Internacional
DGP	Direcção Geral do Planeamento
ECRP	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
FMI	Fundo Monetário Internacional
GDDS	General Data Dissemination
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade da Informação
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
OPES	Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais
OPEO	Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais
PIB	Produto Interno Bruto
SEN	Sistema Estatístico Nacional
STAD	Secretariado Técnico de Apoio ao Desenvolvimento
PARIS21	Parceria para o Desenvolvimento da Estatística no século 21

APRESENTAÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas, nove das quais habitadas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica perfazendo uma superfície terrestre de 4033 km². Situadas na costa ocidental africana, a cerca de 500 quilómetros a oeste do Senegal, as ilhas de Cabo Verde estendem-se entre os paralelos 17° 12,5' e 14° 48' de latitude norte e os meridianos 22° 44' e 25° 22' de longitude oeste de Greenwich.

De origem vulcânica, de tamanho relativamente reduzido e dispersas, as ilhas de Cabo Verde estão numa zona de elevada aridez meteorológica. Três das ilhas habitadas são relativamente planas sendo as outras montanhosas. A sua linha de costa é relativamente grande, preenchida de praias de mar de areia branca e negra.

O clima é propício para o desenvolvimento de actividades «outdoors» e a oferta de sol e praia é objecto de exploração turística. A escassez de recursos naturais é a característica marcante. A zona económica exclusiva estende-se por cerca de 700.000 km².

País saheliano, Cabo Verde tem um clima tropical seco, com um período de chuvas que se estende de Julho a Outubro frequentemente repartidas de forma irregular.

A capital do País é a cidade da Praia, situada no extremo sul da ilha de Santiago e albergando cerca de ¼ da população residente, sendo simultaneamente a capital económica e política.

Independente desde 5 de Julho de 1975, Cabo Verde viveu durante os primeiros quinze anos sob a égide do PAIGC-CV, em regime de partido único. Em 1990, procedeu-se à abertura política e, em 1991, com a realização de eleições livres e multipartidárias, o Movimento para Democracia – MPD venceu as eleições, o que consumou o fim da primeira República e o início da segunda, tendo esse partido governado o país durante 10 anos. Em 2001 e 2006, respectivamente, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV venceu as eleições legislativas, governando o País desde aquele ano, estando assim a decorrer a Sétima Legislatura.

Desde 1992, foram realizadas, com regularidade, eleições autárquicas, sendo os mandatos de quatro anos, tendo a quarta e última ocorrida em Março de 2004. As eleições autárquicas criaram condições mais propícias ao desenvolvimento do poder local cuja dinâmica reivindicativa, associativa e organizativa constitui hoje uma das boas práticas da democracia cabo-verdiana, designadamente pela aproximação do poder às populações.

Os órgãos do poder local já são parceiros incontornáveis na promoção do desenvolvimento, designadamente na fixação e execução da estratégia de luta contra a pobreza. Desde 1992, realizaram-se, também, de forma regular as eleições presidenciais e as alternâncias políticas, a nível presidencial, nas legislativas como nas autárquicas se processaram em ambiente de paz social e de aprofundamento do exercício da democracia. Com a reforma do parlamento, saíram reforçadas as condições para que aquele órgão de soberania desempenhe efectivamente as funções de principal centro do poder.

País de emigração, Cabo Verde tem uma população residente de cerca de 500.000 habitantes (2008), dos quais cerca de metade (52%) são mulheres, muito jovem, pois cerca de 48% da população neste ano tem menos de 20 anos.

A trajetória de Cabo Verde é deveras marcante, nomeadamente, se atendermos ao facto de que em 30 anos de independência, e numa situação de inexistência de recursos naturais clássicos, o país ter passado, em Janeiro de 2008, a pertencer ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio.

Com a mudança do regime a partir de 1991 e a adopção de uma nova Constituição em 1992, o País enveredou-se pelo sistema de economia de mercado de base privada. Nesse período, privatizou-se a maioria e as mais rentáveis empresas públicas, como deu-se início à criação de condições propícias ao desenvolvimento da iniciativa e do sector privado. Fortes investimentos na infra-estruturas económica foram realizados quanto na promoção do ambiente empresarial. O sector empresarial conheceu uma dinâmica marcante e, sobretudo, o País tornou-se num destino do investimento externo, em especial no domínio do turismo. Cabo Verde tornou-se, também, num destino turístico muito procurado, tendo o número de turistas que demandam os hotéis passado de cerca de 37000 em 1997 a cerca de 313.000 em 2007.

O escudo cabo-verdiano é a moeda nacional e tem câmbio fixo em relação ao euro, valendo 1 euro 110,265 unidades da moeda nacional, nos termos de um acordo de cooperação cambial celebrado com Portugal, na segunda metade da década de noventa.

Cabo Verde é hoje um país com uma economia de mercado de base privada, em que o sector privado é já o principal motor da economia. Os investimentos directos estrangeiros vêm crescendo de ano para ano, em diversos sectores, com destaque para o turismo.

Consolidada que está a estabilidade macroeconómica, o investidor privado estrangeiro está cada vez mais confiante, e o governo deu início a um programa de transformação de Cabo Verde, com reformas profundas nos mais diversos sectores, infraestruturais (estradas, portos, aeroportos, água, saneamento e electricidade), educação com uma aposta forte no ensino superior mas também, na criação de escolas de formação profissional. O governo tem investido fortemente no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação

Em consequência a economia cresceu em média cerca de 6% ao ano. No período de uma década, o Produto Interno Bruto multiplicou-se por 3 e o PIB/capita passou de 902 USD, em 1990, a 1281 USD, em 2000 e 1957 USD, em 2004.

CONTEXTO ESTATÍSTICO

O Sistema Estatístico de Cabo Verde encontra-se em processo de reforma, iniciada em 1996 com a adopção de nova lei do Sistema Estatístico Nacional. O primeiro Plano de Actividade Estatística foi executado 1998 a 2001, tendo permitido um avanço considerável do sistema, tanto do ponto de vista da disponibilidade de informação estatística quanto da notoriedade do sistema, mas também do aumento do volume e da complexidade da procura.

Neste quadro, foram realizados em 1998, o primeiro Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva e o segundo está em fase avançada de tratamento e, o primeiro e o segundo Recenseamento Empresariais (1998 e 2004 respectivamente). Em 2000 foi realizado o III Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2001/2002, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares do qual foi elaborado o perfil da pobreza e o diagnóstico da pobreza, entre outros estudos e análises. Foi iniciada, em 2005, a reforma das contas nacionais, que compreende nomeadamente a implementação do SCN 93 e a mudança do ano de base das contas nacionais. O novo ano de base é o de 2002 e o novo sistema de cálculo utiliza ERETES, estando concluído o primeiro ano de contas. Já foi implementado e realizado (2006 e 2007) o inquérito Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar - QUIBB (Core Welfare Indicators Questionary), que enquanto inquérito anual junto das famílias fornece indicadores da pobreza e das condições de vida das famílias necessários ao seguimento e avaliação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) e dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD).

O Índice de Preços no Consumidor e os principais indicadores da inflação são produzidos e difundidos mensalmente. Contudo, o Novo Índice de Preços no Consumidor foi implementado em Janeiro de 2008, tendo 2002 como ano de base. Já foram realizados o recenseamento empresarial relativo ao ano de 2002 e o Inquérito anual às empresas relativo aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, estando os anos de 2005 e 2006 em fase de apuramento. Os resultados já disponíveis, das contas nacionais definitivas, são relativos ao ano de 2004.

Em 2005 e 2006, o Instituto do Emprego e Formação Profissional realizou o Inquérito semestral ao emprego, com a colaboração do INE. As estatísticas monetárias e da balança de pagamentos são produzidas pelo Banco de Cabo Verde e divulgadas trimestralmente, como também as principais estatísticas dos corpos docentes e discentes e do rendimento escolar, pelo Ministério da Educação. As estatísticas da mortalidade são produzidas, com periodicidade anual, pelo Ministério da Saúde e, validadas pelo INE, como também as relativas à saúde reprodutiva e às doenças de declaração obrigatória, sendo o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva executado conjuntamente pelo INE e aquele Ministério.

O último recenseamento agrícola foi realizado em 2004 pelo Ministério da Agricultura, os resultados definitivos estão disponíveis, estando em curso a elaboração dos relatórios de análise.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas produz regularmente as estatísticas da captura, do esforço na pesca artesanal e industrial.

Estas operações estatísticas decorrem em ambiente de progressiva integração estatística, na perspectiva da comparabilidade, da universalidade das estatísticas oficiais, que se consubstanciam na adopção de nomenclaturas nacionais como a Classificação de Actividades Económicas de Cabo Verde, inspirada na última revisão da CITI Rev 3, da Classificação do Consumo Individual por Objectivos, inspirada na última versão da COICOP, mas também na adopção do Código Geográfico Nacional, entre outros classificadores.

Assim, graças ao Inquérito às Despesas e Receitas Familiares-Condições de vida das famílias 2001-2002 se elaborou o perfil da pobreza em Cabo Verde, o Diagnóstico da Pobreza, se estabeleceu o cabaz e os ponderadores do Novo Índice de Preços no Consumidor, se realizou várias aplicações no âmbito da reforma das contas nacionais, se realizou estudos sobre pensões e vários outros.

Neste âmbito, também o INE concluiu, em 2005, a cartografia da pobreza monetária, que valoriza e utiliza o Censo 2000 e o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2001/2002 e disponibiliza estimativas da incidência, da profundidade e da intensidade da pobreza, como o Índice de Gini, até ao nível das cidades/vilas/zonas e nas cidades maiores, até ao nível dos bairros.

A avaliação do estado do SEN realizada em 2001 concluiu que, apesar dos avanços, o SEN funcionava a ritmo muito variável, pois a maioria dos órgãos produtores de estatísticas sectoriais não conheceu avanços consideráveis, não obstante os projectos previstos no plano.

Mais recentemente (em finais de 2003), o INE e os OPES realizaram, com apoio do PNUD, uma avaliação da disponibilidade e da qualidade das estatísticas disponíveis, com vista a elaboração do relatório do País quanto à realização dos Objectivos do Milénio e das responsabilidades do sistema com relação aos OMD. Esta avaliação recente do estado do SEN conclui que, não obstante os avanços, não estão ainda criadas todas as condições de sustentabilidade do sistema estatístico. A elaboração do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) foi também ocasião para utilização intensiva das estatísticas oficiais disponíveis, de avaliação do seu nível de disponibilidade e adequação às necessidades da estratégia, bem como de fixação de novas responsabilidades ao Sistema Estatístico Nacional.

Assim, é entendimento ao nível do SEN que, este deve procurar no novo ciclo de actividades aprimorar o exercício de planeamento para que a produção estatística possa atender com elevado grau de eficácia, as necessidades das agendas e programas de desenvolvimento e aos compromissos internacionais do País e, procurar a racionalidade e o rigor designadamente pelo reforço da coordenação técnica quanto de objectivos.

Nestes termos, o INE e os OPES decidiram dotar-se, para o novo ciclo de uma agenda estatística um plano de actividade estatística, um plano de formação dos recursos humanos do SEN, um plano tecnológico e um plano de reforço institucional. Estes deverão permitir a produção das estatísticas prioritárias, garantir adequada acessibilidade, mas também a criação de condições de sustentabilidade pelo reforço dos recursos humanos.

Neste novo ciclo que cobrirá o período 2006-2012, o Sistema Estatístico Nacional deve dar continuidade a reforma iniciada em 1996 mas sobretudo:

1. Apostar no desenvolvimento do capital humano, na afirmação da sua autoridade, no reforço da sua coordenação. O desenvolvimento dos recursos humanos do SEN deverá ter em perspectiva as necessidades do plano de actividade estatística para o período 2008-2012, mas sobretudo, a formação de estaticistas e, sobretudo de especialistas em demografia, econometria, sistema de informação geográfica, gestão de sistema de informação entre outras áreas de especialidade, visando o reforço da capacidade de pesquisa aplicada, mas também de concepção e desenvolvimento da actividade estatística. A afirmação da autoridade estatística exige a garantia progressiva de maior consistência e credibilidade das estatísticas oficiais, designadamente com a utilização de boas práticas como o GDDS. A coordenação estatística será um instrumento fundamental na racionalização da utilização dos recursos de todo o SEN, para a cobertura de áreas estatísticas importantes mas menos desenvolvidas. A coordenação devesa ainda contribuir para a complementaridade, a integração e a consistência da produção estatística dos diversos Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e, sobretudo para a comparabilidade e a universalidade das estatísticas oficiais.

2. Dotar-se de uma agenda de produção estatística capaz de garantir com pertinência e elevada eficácia a satisfação das necessidades prioritárias dos agentes de desenvolvimento do País. O plano de actividade estatística para o período 2006-2012 devesa priorizar a reforma das contas nacionais e o reforço de outras estatísticas económicas necessárias à boa governação, mas sobretudo a produção de estatísticas consideradas prioritárias para o seguimento e a avaliação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – (GPRSP – Growth and Poverty Reduction Strategy Paper), para o seguimento dos OMD, bem como as necessárias ao reforço da competitividade das empresas e, em geral, da economia de Cabo Verde. O Inquérito Anual de Seguimento da pobreza, as grandes operações estatísticas como o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares-Condições de vida das famílias, os inquéritos anuais ao emprego, o desenvolvimento do sistema de informação sanitária, como as operações do programa de desenvolvimento das estatísticas agrícolas devem ser garantidos.

3. Desenvolver a acessibilidade da informação estatística oficial. Enquanto projecto de interesse comum a todo o SEN, a Base de Dados de Estatísticas Oficiais implementada em Fevereiro de 2008 bem como o portal de estatísticas oficiais de Cabo Verde, é a plataforma comum para a difusão, mas também para garantir a transparência, a integração técnica e a credibilidade das estatísticas oficiais.

4. Promover a cultura estatística e a utilização da informação estatística para a gestão do desenvolvimento. Para aumentar a disponibilidade das estatísticas oficiais, mas também a utilidade das mesmas, necessário se torna que seja promovida a cultura estatística, ou seja, a utilização efectiva e correcta das mesmas, mas também a predisposição dos informantes para a prestação de informação para fins estatísticos. Para tanto, devesa o Sistema Estatístico Nacional, em especial o INE, oferecer soluções formativas, que propiciem a literacia estatística, mas também a propensão para o consumo da informação estatística.

5. Garantir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento da ciência estatística e a melhoria da cobertura das actividades estatísticas. A valorização do investimento na actividade estatística pressupõe o desenvolvimento de boas práticas capazes de contribuir para o desenvolvimento da ciência estatística. Neste particular, deverão ser criadas as condições para a investigação aplicada, designadamente o envolvimento das universidades, a participação em grupos técnicos de trabalho a nível das Nações Unidas, bem como em outros fora internacionais do domínio da estatística.

Cabo Verde é o 18º país membro do Afristat, tendo aderido a 24 de Setembro de 2002. As intervenções daquela organização centram-se nas Contas Nacionais, mas também, no domínio da conjuntura., Cabo Verde aderiu ao GDDS em Fevereiro de 2004 e neste quadro beneficia de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional no domínio das estatísticas dos preços, das estatísticas das finanças públicas como também de um acompanhamento dos trabalhos de reforma das contas nacionais por aquela instituição. Enquanto país membro da CEDEAO, participamos no programa estatístico da CEDEAO, ainda em fase de arranque e, centrada na comparabilidade das estatísticas dos preços no consumidor, das contas nacionais e das estatísticas do comércio externo. Cabo Verde participa, igualmente, no Programa de Comparação Internacional para a África – PCI – África, programa esse em fase de arranque e coordenado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Cabo Verde é membro efectivo da Comissão de Estatística das Nações Unidas tendo sido eleito em 2003, para um mandato de 4 anos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. UMA AGENDA CONSTRUÍDA POR PROCESSO PARTICIPATIVO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento é o instrumento de gestão do desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional para o período 2006-2012, mas também de coordenação de parcerias para a estatística oficial capaz de garantir adequada previsibilidade dos recursos para a actividade estatística. A Agenda compreende o Plano de Actividades Estatísticas para o período 2006-2012, o Plano de formação dos recursos humanos do SEN, o Plano Tecnológico para o mesmo período, o Plano de Reforço Institucional, assim como uma plano de mobilização de recursos.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento foi elaborada com uma abordagem participativa. Três ateliers nacionais (Fevereiro 2002, Novembro 2003 e Maio de 2006) foram realizados, com a intervenção de vogais do Conselho Nacional de Estatística, de representantes de todos os Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, de importantes segmentos dos utilizadores como as ONGs e, representantes de parceiros como as Agencias das Nações Unidas, de Portugal, do Afristat, e de Paris 21, mas também com adequada cobertura da imprensa. No processo de validação, a Agenda será apresentada ao Fundo Monetário Internacional, à missão conjunta dos parceiros de ajuda orçamental que abarca o Banco Mundial, Cooperação Holandesa, União Europeia e à comunicação social.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento será apresentada ao Conselho Nacional de Estatística (CNEST) para aprovação e de seguida ao Governo de Cabo Verde

2. UMA AGENDA ESTATÍSTICA PARA FAVORECER A COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA E DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

A Agenda Estatística é um instrumento de coordenação das parcerias para o desenvolvimento das estatísticas oficiais e, assim, o essencial dos recursos para a actividade estatística, para a formação, para a melhoria das condições de instalação e tecnológicas para todo o Sistema Estatístico deve ser mobilizado de forma coordenada.

A Agenda Estatística é, assim, um instrumento de clarificação do esforço público e dos parceiros para as estatísticas oficiais, devendo o esforço nacional garantir a sustentabilidade das actividades estatísticas.

O Governo de Cabo Verde realizará uma consulta temática (mesa redonda) aos parceiros de desenvolvimento para a mobilização dos recursos financeiros e técnicos para a execução da Agenda.

3. UMA AGENDA PREPARADA SEGUNDO AS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento consoma a estratégia nacional de desenvolvimento da estatística. Acolhe, em primeira-mão, as recomendações do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África e de PARIS21, mas também os compromissos do País no âmbito do GDDS, do programa estatístico da CEDEAO, do Programa de Comparação Internacional.

4. UMA AGENDA PARA A RESPOSTA DO SISTEMA ESTATÍSTICO AS PRIORIDADES NACIONAIS

A Agenda Estatística consoma a integração da estratégia nacional de desenvolvimento da estatística na estratégia de desenvolvimento do País. Foi construída tendo como referências as principais agendas de desenvolvimento, a perspectiva da informação para o mercado e a cidadania, os programas de desenvolvimento e os compromissos internacionais de Cabo Verde.

Atenderá, de forma integrada, todas as prioridades estatísticas do País, designadamente no âmbito do seguimento e avaliação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.

5. UMA AGENDA PARA FAVORECER O CRESCIMENTO ECONÓMICO

A Agenda Estatística para o desenvolvimento acorda a devida prioridade à informação sobre o mercado, os indicadores necessários à gestão de políticas macro-económicas como os dos preços, das contas nacionais, das finanças públicas e da balança de pagamentos, sobre as empresas, sobre o comércio externo, sobre o consumo, o turismo e sobre a conjuntura.

A Agenda Estatística deverá, assim, colocar à disposição dos empresários nacionais e estrangeiros, informação que permita identificar oportunidades de negócio, gerir os riscos e monitorar o respectivo desenvolvimento.

6. UMA AGENDA QUE APOSTA NA PESQUISA ACÇÃO, PARA FACILITAR A FOCALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS E MELHORAR O IMPACTO DOS MESMAS E A RESPECTIVA REPARTIÇÃO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento aposta nas operações estatísticas enquanto instrumentos de pesquisa acção. Nesse quadro, possibilitará o conhecimento regular da evolução do mercado de trabalho, designadamente do ponto de vista da estrutura e, assim, o conhecimento regular da evolução do desemprego, facilitando a adopção de políticas pró-emprego como estabilidade e rendimento, e a monitorização anual dos respectivos impactos.

A Agenda colocará à disposição dos decisores e dos gestores de programas sociais, informação com periodicidade anual para o conhecimento do impacto recente das

políticas e programas de melhoria das condições de vida e, em geral, de combate à pobreza e ao desemprego, mas também para melhorar a afectação de recursos e a focalização geográfica dos programas.

7. UMA AGENDA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento assenta na valorização dos ganhos e das boas práticas da estatística oficial em Cabo Verde, na perspectiva da gestão baseada dos resultados e na integração e racionalização da actividade estatística oficial, na valorização das fontes administrativas, nos avanços e perspectivas do País no domínio das Novas Tecnologias e Informação e Comunicação e no adequado aproveitamento das capacidades existentes a nível de todo o Sistema Estatístico Nacional.

A Agenda aposta no desenvolvimento dos recursos humanos e, assim, tem como um dos principais módulos, o Plano de Formação dos Recursos virado para a aquisição de competências para os postos de trabalhos. Nesta perspectiva, o Plano atenderá assim a perspectiva de aquisição de três tipos de competências: nível básico (aquisição de competências mínimas), nível avançado (ou especializado, visando a criação de autonomia técnica e científica) e reciclagem (actualização de conhecimentos).

A valorização das fontes administrativas é uma das importantes apostas da Agenda Estatística, visando melhorar a cobertura estatística e racionalizar os custos da actividade estatística. O Plano Tecnológico, a implementar, no âmbito da Agenda Estatística deverá facilitar o aproveitamento dessas fontes, mas também a cartografia censitária e a difusão das estatísticas oficiais.

A Agenda Estatística clarificará a magnitude do esforço nacional para as estatísticas oficiais e recomendará modalidades mais avançadas de afectação de recursos para garantir a previsibilidade e a sustentabilidade do Sistema.

Exigirá, naturalmente, o reforço do esforço financeiro para as estatísticas. Os recursos para a execução da Agenda Estatística para o Desenvolvimento deverão atingir cerca de 15 milhões de dólares, incluindo as despesas recorrentes de funcionamento do INE, dos OPES e do CNEST.

Para a execução do Plano de Actividades Estatísticas serão necessários cerca de 12,4 milhões de dólares.

Para a execução do Plano de Formação dos Recursos Humanos serão necessários cerca de 600.000 dólares.

Para a execução do Plano tecnológico serão necessários cerca de um milhão de dólares

Os investimentos na construção da sede do INE e outras em infra-estruturas e equipamentos deverão também ascender a cerca de 1 milhão de dólares.

8. UMA AGENDA PARA FAVORECER O CONHECIMENTO, A PARTICIPAÇÃO E A CIDADANIA

A Agenda Estatística aposta na informação para as ONGs nomeadamente as associações de consumidores, mas também para o cidadão comum para o conhecimento da situação económica e social, para o exercício do direito e poder reivindicativo, para a participação na decisão e no esforço colectivo e, em suma, para a cidadania. Assim, propõe-se, também, investir na literacia estatística e, em geral, na promoção da cultura estatística.

9. UMA AGENDA ESTATÍSTICA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Esta é, assim, uma agenda para favorecer a visibilidade e a credibilidade de Cabo Verde, o crescimento económico, a melhoria do impacto das políticas sociais, a redução das pobreza e das desigualdades, o exercício da cidadania, a gestão com sustentabilidade ambiental. Esta é uma Agenda Estatística para o Desenvolvimento.

Praia - Cabo Verde, Abril de 2007.

**AGENDA ESTATÍSTICA
PARA O DESENVOLVIMENTO
2006- 2012**

PREÂMBULO

A Agenda Estatística foi realizada no quadro das recomendações internacionais para a elaboração das estratégias nacionais de desenvolvimento da estatística. Neste sentido, foram utilizadas, em particular, as recomendações da UNECA e do PARIS21.

Desde o início, o processo foi liderado por nacionais, em especial por pessoal do INE. Esta liderança foi determinante para que se pudesse adequar o planeamento estatístico às especificidades nacionais, utilizando como referência as boas práticas internacionais.

Por outro lado, adoptou-se uma abordagem participativa, a partir da qual utilizadores, produtores e fornecedores de informação tiveram oportunidade de apreciar, sugerir, criticar e definir as prioridades em matéria de produção estatísticas e actividades afins.

Nesta abordagem, o INE começou por realizar um atelier em que foi elaborado o quadro lógico para a Agenda Estatística. Nesse atelier, foram definidos os objectivos, gerais e específicos da Agenda, resultados esperados, indicadores, etc., avaliando-se as responsabilidades esperadas para o Sistema Estatístico Nacional.

Após esse processo, foram realizadas consultas e consensualizados os principais vectores estratégicos para o processo de planeamento estratégico. De seguida, foram analisadas as principais agendas e compromissos internacionais do país, relativamente a um conjunto específico de programas considerados como determinantes para a implementação de programas de desenvolvimento do país.

Foram, assim, analisadas cerca de 50 agendas e compromissos (e.g., Plano Educação para Todos, o DECRP, os OMD, o MCA, os compromissos em matéria de informação estatística para as NU, FMI, CEDEAO, etc. Foram avaliados todos os indicadores constantes desses documentos, criticando-os quando não tinham sentido ou pertinência estatística.

Foram retidos todos os indicadores com consistência e que seriam da responsabilidade do SEN. A estratégia de elaboração da Agenda foi assim dirigida em função dos utilizadores institucionais, quer do sector público, quer do sector privado e da sociedade civil.

A partir desse conjunto de indicadores, foram inventariadas as operações estatísticas susceptíveis de serem produzidos. Para concretizar o processo de racionalização dos indicadores e das respectivas operações estatísticas, foram realizadas consultas bilaterais, dinamizadas pelo INE, com cada parceiro, utilizador ou produtor, visando a compreensão dos conteúdos dos indicadores e definido um programa preliminar de produção estatística, em função desses indicadores.

Nesse programa, foram definidas, assim, as datas de preparação da operação estatística, a data da recolha, da difusão, e o respectivo orçamento. Todos os intervenientes ficaram a conhecer o calendário preliminar das operações estatísticas e as respectivas datas para as actividades mais críticas.

De seguida, foi criada uma base de dados em Access para inserção de toda essa informação e que permite, assim, definir um conjunto de tabulações sobre a Agenda. No

final, foram analisados mais de 800 indicadores. O plano final foi revisto num atelier onde a maioria dos parceiros teve a oportunidade de criticar o processo e as datas previstas para a realização das actividades.

No processo da Agenda, o INE dinamizou, ainda, e de forma separada, a elaboração de planos mais sectorializados. Para o cumprimento da Agenda, entendeu-se que, deveriam ser elaborados um plano de capacitação visando o cumprimento das actividades estatísticas e um plano que reestruturasse o SEN nos domínios das infra-estruturas.

Assim, foi realizado o Plano de Formação e o Plano Tecnológico, ambos para o SEN. O primeiro foi elaborado a partir de um questionário dirigido a todos os funcionários do SEN, complementado com entrevistas a todas as chefias. O segundo, foi elaborado tendo em conta a realização do Censo 2010, adequando essa operação a um conjunto de requisitos em matéria de infraestrutura tecnológica. Todos os planos contaram com a participação efectiva de todos os órgãos do SEN.

Finalmente, foi definido um conjunto de actividades complementares visando o reforço institucional, entre as quais se destaca a construção da sede e a revisão do quadro legal. Toda a Agenda foi acompanhada de princípios que orientaram a estratégia da mobilização de recursos, tendo-se contado, para o efeito, com a directa participação da Direcção Geral da Cooperação Internacional e com os principais parceiros de desenvolvimento do país.

Parte A : Contexto da Agenda Estatística

A.1 Decisões conducentes à elaboração da Agenda Estatística

A.1.1 Lançamento do processo de elaboração da Agenda Estatística para o Desenvolvimento

Em 2001 o CNEST avalia o estado do Sistema Estatístico Nacional. Os pontos fortes e fracos foram identificados (ver A.3.5).

Em 2002, a 18 de Novembro é lançada publicamente a iniciativa «Agenda Estatística para o Desenvolvimento».

Em Fevereiro de 2003, num atelier produtores-utilizadores de estatísticas oficiais foi elaborado o Quadro Lógico da Agenda Estatística para o Desenvolvimento. O processo de elaboração da Agenda Estatística para o Desenvolvimento teve, assim, início ainda em 2003, tendo como ponto de referência as responsabilidades do Sistema Estatístico Nacional no âmbito dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Este exercício foi iniciado com o apoio do PNUD, através de um atelier onde foi elaborado o quadro lógico para o desenvolvimento da Agenda Estatística e de um segundo atelier também co-financiada pelo Sistema das Nações unidas e que contou com a orientação de uma consultora internacional.

Em Julho de 2003 é lançada a campanha nacional dos OMD. O segundo atelier reuniu todas as Agências das Nações Unidas, a Direcção Geral do Planeamento e representantes dos Órgãos do Sistema Estatístico Nacional. Esse atelier analisou e fixou os indicadores mais pertinentes para o seguimento dos OMD em Cabo Verde, aprofundou a análise da disponibilidade de informação estatística para a elaboração do primeiro relatório do País, bem como a capacidade do sistema. Fixou as suas responsabilidades, bem como identificou as necessidades de reforço de capacidades para que o Sistema esteja à altura de desenvolver todos desafios do Milénio.

Em Setembro de 2004, é aprovado o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, que estabelece o respectivo sistema de seguimento e avaliação e, no quadro do qual, o governo engaja-se a reforçar as capacidades estatísticas e a mobilizar recursos para a Agenda Estatística para o Desenvolvimento.

Em 2005, o Banco Mundial concedeu a Cabo Verde um mini-trust-fund para a conclusão da Agenda Estatística e, o exercício foi desenvolvido segundo as melhores práticas internacionais e com o apoio de um Consultor Internacional, através de duas missões. O consultor foi recrutado com o apoio do consórcio PARIS21, entre os consultores agregados por aquela organização.

Os trabalhos de elaboração da Agenda Estatística foram desenvolvidos sob a liderança do Instituto Nacional de Estatística e envolveram todos os Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais.

A validação dos eixos fundamentais da Agenda Estatística para o Desenvolvimento foi realizada no âmbito de um atelier organizado em Maio 2006 pelo INE e os Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais, envolvendo representantes dos principais segmentos dos utilizadores, bem como dos parceiros de desenvolvimento e um expertise - consultor internacional.

A.1.2 Documentos preparados no âmbito da elaboração da agenda estatística para o desenvolvimento

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento consoma, efectivamente, a estratégia nacional de desenvolvimento da estatística em Cabo Verde.

A Agenda propriamente dita é o corolário de um conjunto de trabalhos realizados anteriormente:

1. Avaliação do estado do Sistema Estatístico Nacional

Realizado pelo Sistema Estatístico Nacional, no fim do primeiro mandato do Conselho Nacional de Estatística, para dar cumprimento a uma obrigação legal (Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional, Lei No 15/V/96 de 15 de Novembro de 1996). Esta avaliação protagonizada pelo Conselho Nacional de Estatística foi precedida de uma avaliação externa feita por um consultor internacional. A avaliação feita, em 2001, reconhecia os avanços do Sistema Estatístico Nacional entre 1998 e 2001, período de vigência das primeiras Linhas Gerais de Actividade Estatística e do primeiro Plano Nacional de Actividades Estatísticas, em termos de produção estatística, como de difusão e qualidade, mas evidenciava o facto de que os Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais (OPEO) estavam a funcionar a ritmo e conteúdo variáveis. Evidenciava, ainda, os avanços de alguns OPEO e, inclusive, o recuo de outros, bem como o facto de que os recursos ainda colocados à disposição do sistema se encontrarem ainda muito abaixo do mínimo necessário, tendo em conta os desafios que se lhe colocavam. Salientava porém alguns ganhos em matéria de planeamento da actividade estatística.

2. A Agenda Estatística para o Desenvolvimento. Documento de suporte à conferência. 18 de Novembro de 2002

A 18 de Novembro de 2002, foi realizada no âmbito das comemorações do dia africano da estatística, uma conferência sobre a Agenda Estatística de Cabo Verde, conferência essa animada pelo Presidente do INE e, presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Estatística. Nessa conferência, cuja sessão de

encerramento foi presidida pelo Ministro das Finanças e Planeamento, com a participação dos OPEO, de membros do CNEST e de utilizadores, foram lançados e debatidos os pressupostos e as componentes para a Agenda Estatística para o Desenvolvimento. O Documento foi, também, divulgado pela comunicação social e, também, através do Web-site do INE

3. Quadro Lógico para a elaboração da Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2003

O Quadro Lógico da Agenda Estatística para o Desenvolvimento foi elaborado num atelier que reuniu os OPEO, membros do CNEST, utilizadores e as Agências das Nações Unidas. Embora tenha sido realizado antes do lançamento da campanha dos OMD, o quadro lógico teve como referência principal os OMD e a redução da pobreza.

4. Construção da Agenda Estatística para o Desenvolvimento para o seguimento dos OMD e responder a outras prioridades nacionais

O lançamento da campanha dos OMD foi realizado em Julho de 2003, com a participação do INE e de alguns OPE's. O lançamento contou, também, com um seminário de orientação metodológica para as entidades envolvidas na elaboração do primeiro relatório. De seguida, os órgãos do SEN realizaram um segundo atelier que reuniu todas as Agências das Nações Unidas, a Direcção Geral do Planeamento e representantes dos Órgãos do Sistema Estatístico Nacional. Neste atelier, organizado e realizado com o apoio de um consultor internacional recrutado pelo PNUD, analisou-se e fixou-se os indicadores mais pertinentes para o seguimento dos OMD em Cabo Verde. Aprofundou-se a análise da disponibilidade de informação estatística para a elaboração do primeiro relatório do país, bem como a capacidade do sistema; fixou as suas responsabilidades, bem como identificou as necessidades de reforço de capacidades para que o Sistema esteja à altura de desenvolver os desafios do Milénio. O documento produzido faz o balanço das disponibilidades estatísticas do País, tendo em vista a elaboração do primeiro relatório do país, estabelece as responsabilidades e as prioridades e desafios do Sistema para atender às necessidades de seguimento e avaliação dos OMD, bem como identificou as necessidades de reforço de capacidades para que o Sistema esteja à altura de desenvolver os desafios do milénio.

5. Plano de formação dos recursos humanos do Sistema Estatístico Nacional - 2005

O plano de formação dos recursos humanos do Sistema Estatístico Nacional é um dos módulos da Agenda Estatística para o

Desenvolvimento e, foi elaborado em 2005.

Visando o reforço de capacidades em matéria de recursos humanos, o Plano de Formação assenta num diagnóstico sobre os recursos humanos dos OPEO, do ponto de vista do nível de instrução da área de formação, da antiguidade, das formações especializadas (de curta ou média duração) e, registou necessidades de formação sugeridas pelos funcionários dos OPEO e pelas chefias, necessidades essas que tenham em conta, principalmente, as necessidades do posto de trabalho. Assim, o plano de formação dos Recursos Humanos do SEN para o período 2006-2012 procura responder às necessidades de formação para a execução efectiva do Plano Nacional de Actividades Estatísticas 2006-2012 e ao plano tecnológico do SEN. Orçado em cerca de 600.000 dólares, o Plano de Formação, compreende acções de formação para o pessoal do INE e dos OPEO e, propõe-se privilegiar a formação no País, com recurso prioritário às capacidades formativas nacionais.

6. Termos de Referência para a conclusão da Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2012

Os Termos de Referência para a conclusão da Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2012, foram preparados principalmente para o recrutamento de um consultor internacional para apoiar os OPEO na conclusão da Agenda, fazer o balanço dos trabalhos até então realizados, enunciar alguns compromissos internacionais, agendar programas de desenvolvimento que fixam prioridades para o Sistema Estatístico, bem como estabelecer o roteiro para a conclusão da Agenda Estatística.

7. Sistema de informação para a gestão da Agenda Estatística - 2012

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2012 procura integrar a estratégia de desenvolvimento da estatística na estratégia nacional de desenvolvimento e para tanto, cuidar da incidência estatística dos compromissos internacionais, agendas e programas de desenvolvimento do País.

Assim, foi desenvolvido um sistema de informação para a gestão da Agenda Estatística que estabelece um inventário de aproximadamente 40 compromissos internacionais, agendas e programas de desenvolvimento do País dos quais os OMD, o DECRP, o GDDS, o acompanhamento multilateral no âmbito da CEDEAO, os programas de ajuda orçamental da União Europeia e da Holanda e a respectiva incidência estatística traduzida em mais de 700 indicadores estatísticos. O Sistema estabelece a cronologia de difusão dos indicadores estatísticos tendo em conta os mecanismos de seguimento e avaliação dos compromissos, programas e agendas,

inventaria as fontes estatísticas, as grandes operações estatísticas (Censos e Inquéritos), as operações sobre fontes administrativas e sobre as estatísticas correntes, com a respectiva cronologia, bem como o plano de difusão estatística para o período 2006-2012. O Sistema estabelece ainda a matriz das parcerias técnicas, financeiras e institucionais de suporte à Agenda Estatística. Este sistema facilita inclusive todo o processo de hierarquização das actividades estatísticas, tendo em vista o conjunto de compromissos, agendas e programas de desenvolvimento que atende.

Construído no âmbito da elaboração da Agenda, será efectivamente o sistema de gestão futura da Agenda, podendo, inclusive, parte dos seus outputs ser de consulta pública através da BDEO, no âmbito da transparência da actividade estatística, de forma a contribuir para o reforço da cultura estatística, mas também para o controle público da actividade do SEN.

A.2 Cobertura da Agenda Estatística

Acolhendo em primeira-mão as linhas orientadoras do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África, a Agenda, compreende o plano de actividades estatísticas para o período 2006-2012, o plano de formação dos recursos humanos, o plano tecnológico do sistema para o mesmo período e o plano de mobilização de recursos e atenderá todas as prioritárias estatísticas do País.

A Agenda abrange todo o Sistema Estatístico Nacional, a orgânica do Estado a quem incumbe a produção e difusão de estatísticas oficiais necessárias ao desenvolvimento. Foi instituído em 1985 por lei da Assembleia Nacional e é hoje regido por uma nova lei de bases, a Lei Nº 15/V/96 de 15 de Novembro de 1996, alterado pela lei Nº 93/V/99 de 22 de Março.

O Sistema Estatístico Nacional estrutura-se em três pilares:

- Conselho Nacional de Estatística (CNEST)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais (OPES)

Conselho Nacional de Estatística

O CNEST é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional. Compete ao Conselho Nacional de Estatística:

- Definir as linhas gerais da actividade nacional e estabelecer as respectivas prioridades;
- Garantir a coordenação do SEN, aprovando os conceitos, definições, nomenclaturas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística;
- Aprovar os programas de trabalho dos restantes órgãos que compreendem o SEN;
- Apreciar o Plano de actividades do INE e o correspondente relatório final;
- Pronunciar-se, a pedido do governo, sobre as normas e princípios gerais que devem regular a produção de dados estatísticos;
- Zelar pela observância do segredo estatístico;
- Promover a revisão do SEN, sempre que as circunstâncias o justifiquem;
- Aprovar o seu regulamento interno;
- Desempenhar outras funções que lhe vierem ser cometidas por lei.

O CNEST é presidido por um cidadão nacional, nomeado pelo Conselho de Ministros e integra o Presidente do INE que exerce a função de Vice-presidente, dois representantes das associações sindicais, dois representantes da Associação Nacional de Municípios, dois representantes do Sector Privado, dois representantes do sector do Comércio, Indústria e Infra-estrutura, representantes dos sectores da Cooperação Internacional dos Transportes, Turismo, Plano e Finanças, do Banco de Cabo Verde e dos Ministérios que albergam Órgãos de Estatísticas Sectoriais (Justiça, Educação, Saúde, Mar, Agricultura e Trabalho).

Os encargos financeiros para o funcionamento do CNEST são suportados por uma dotação orçamental própria, independente do orçamento privativo do INE.

O Instituto Nacional de Estatística

O Instituto Nacional de Estatística foi criado pelo decreto-lei n.º 49/96 de 23 de Dezembro. É uma pessoa colectiva pública dotada de autonomia administrativa financeira, patrimonial e técnica e tem a superintendência do Ministro que tutela a área do planeamento.

Sendo o órgão central do Sistema Estatístico Nacional, tem por finalidade, a produção, a coordenação e a difusão de dados estatísticos oficiais. A lei de base do SEN fixa ao INE, as seguintes competências:

- A recolha, o tratamento, a análise e publicações de informações estatísticas sobre o conjunto das actividades económicas e sociais do país;
- A coordenação dos trabalhos estatísticos de todos os organismos produtores, colaborando com estes na recolha, tratamento e na publicação de informação estatística;
- A realização de recenseamento de população e habitação e inquéritos do domínio sócio-demográfico;
- Promover a formação estatística de base dos funcionários e agentes dos órgãos produtores de estatísticas sectoriais;
- Prevenir a não duplicação na recolha de informação pelos organismos;
- Prestar assistência técnico-estatística a entidades que dela careçam;
- Velar pela segurança e confidencialidade das informações;
- Realizar inquéritos, estudos e outros trabalhos estatísticos que lhe forem solicitados pelo CNEST.

Enquanto órgão central do sistema tem a responsabilidade da coordenação técnica e metodológica, da realização dos censos da população e da habitação, dos censos económicos, assim como, da produção das contas nacionais, das estatísticas do comércio externo, das estatísticas demográficas (vitais e das migrações internacionais), das estatísticas das empresas, das estatísticas dos preços, das estatísticas do turismo, entre outras.

O INE tem desenvolvido a sua actividade numa perspectiva coordenadora, com o relançamento da produção, com a introdução de medidas correctivas de fundo no domínio da difusão e com investimentos seguros em matéria de coordenação técnica.

A natureza do INE faz dela uma instituição inovadora, de cariz eminentemente científico, e que nos seus princípios orientadores deve pautar-se por antecipar os grandes desígnios nacionais, isto é, fornecer aos utilizadores de informação estatística oficial, - por antecipação, informações estatísticas necessárias à tomada racional de decisões e posteriormente a sua avaliação.

Os Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais

Aos órgãos produtores de estatística sectoriais (OPES) incumbe a recolha, o tratamento e a análise de informações estatísticas dos respectivos sectores: Estes órgãos ocupam-se das estatísticas fixadas no ordenamento jurídico próprio ao Banco de Cabo Verde ou em portarias conjuntas do membro do governo de tutela do INE e o do respectivo departamento.

Actualmente existem oito OPES: O Banco de Cabo Verde, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, o Gabinete de Estudos Planeamento e Cooperação do Ministério da Saúde, o Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça e a Direcção-Geral do Trabalho.

Banco de Cabo Verde

De acordo com o artigo 19º da Lei nº 2/V/96, de 1 de Julho cabe ao Banco de Cabo Verde “assegurar a centralização e elaboração das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos.

O artigo 20º da mesma lei lhe confere autoridade estatística para exigir a qualquer entidade, pública ou privada, a prestação directa das informações necessárias para o cumprimento da sua função de organismo produtor de estatísticas sectoriais, bem como em razão das suas atribuições em matéria de política monetária ou cambial e de funcionamento dos sistemas de compensação e pagamentos.

A área de estatística está integrada no departamento de estatística e estudos económicos do Banco de Cabo Verde, como entidade orgânica do BCV.

Publica, com regularidade, um Boletim de estatística (trimestral) e um Boletim de conjuntura.

Os fornecedores de informação estatística primários são as instituições de crédito e para bancárias (empregados dos Bancos e declarantes directos responsáveis pela classificação de estatística primária), além dos fornecedores externos, com o INE, o Ministério de Coordenação Económica e Finanças, etc...

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

O INDP procede à recolha, tratamento e análise de informação estatística referente à pesca, à biologia dos recursos, aos aspectos sócio económicos e outros necessários ao estudo e ao estabelecimento de políticas, programas e projectos de investigação e de desenvolvimento das pescas e respectivos acompanhamentos. O INDP é, assim, a entidade que, por excelência, produz e divulga entre os operadores económicos e as autoridades pesqueiras e marítimas a informação estatística básica sobre o sector das pescas.

As competências e atribuições do INDP em matéria de estatística das pescas, estão cometidas à Direcção de investigação haliêutica.

A única publicação è anual, Boletim Estatística das Pescas. Prevê-se editar publicações trimestrais contendo uma projecção das estimativas referentes ao ano. A curto prazo prevê-se, igualmente, o funcionamento das estatísticas das pescas através de uma base de dados standard centralizada no INDP e partilhada entre os principais produtores e utilizadores da informação Estatística através de uma rede de informática com consulta aberta e acesso regulamentado.

Ao nível do sector, atribui-se igualmente importância à elaboração de uma base geral de dados e de um inquérito socio-económico como um suporte importante de diagnóstico.

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Compete ao IEFP, na sua função de assegurar o secretariado do Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional, produzir e

fornecer, periodicamente, informações sistematizadas sobre a situação, a evolução e as tendências observadas, aos níveis nacionais, regionais e sectorial nos seguintes domínios:

- Mercado do Emprego;
- Mercado de Formação Profissional;
- Disponibilidade de mão-de-obra e mobilidade dos trabalhadores;
- Programas de Formação oferecidos pelos centros e estabelecimentos de formação profissional;
- Programas de formação, com repercussão em áreas profissionais e técnicas, oferecidos por outros agentes provedores de formação;
- Necessidades e capacidades específicas (nacionais, regionais e sectoriais) nas áreas de engenharia das formações e da formação de formadores;
- Programas de promoção de emprego e de apoio a fomento de micro-empresas; programas de intervenção e realização específicas dos centros regionais de emprego;

Nas suas relações com os centros de emprego compete também ao IIEFP:

- Centralizar, analisar e sistematizar as informações provenientes dos centros de emprego relativos à situação do emprego, da mão –de–obra e das qualificações, bem como da procura e da oferta de competências e formações;
- Produzir, publicar periodicamente e difundir mapas actualizadas que descrevam e analisam a situação, a evolução e as tendências do emprego, das qualificações e das formações pedidas e oferecidas.

As publicações estatísticas são:

- Inquérito às forças de trabalho: bianual, abrangendo um universo de aproximadamente 6000 famílias e cuja publicação se encontra paralisada.
- Inquérito às necessidades de formação: bianual

A Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura

A Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura deve “organizar a produção dos indicadores estatísticos que interessam ao planeamento dos sectores a cargo do MA - em coordenação com os diferentes serviços e organismos do MA e com o INE - organizar o sistema de divulgação desses indicadores.

Compete ao MA:

- Promover e gerir o sistema de informação envolvendo preços, produção, mercados e outros, a fim de manter os produtores actualizados quanto às possibilidades de comercialização de produtos;
- Proceder, com periodicidade que for estabelecida e em articulação com outros organismos competentes, a inquéritos sobre a evolução da conjuntura e da estrutura fundiária, económica e social no sentido de aferir os resultados dos planos e programas para o desenvolvimento rural.

A Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão situa, assim, no centro do sistema de estatísticas agrícolas e, por força da lei das bases gerais do Sistema Estatístico Nacional, é o único organismo autorizado para produzir e difundir os dados estatísticos no domínio do desenvolvimento rural. Essas atribuições são exercidas pela decisão de estatísticas sectoriais, nomeadamente:

- Coordenar no quadro do MA, em articulação com o Instituto Nacional de Estatística, a realização do recenseamento, inquéritos e amostragens referentes ao seguimento da evolução da situação e das produções dos sectores, agricultura, pecuária, silvicultura, alimentação e ambiente.

A Divisão de Estatística edita anualmente as seguintes publicações: estatística agrícola e inquérito agrícola anual às culturas de sequeiro. O MA publicou em cinco volumes os resultados do Iº Recenseamento pecuária 1994/95.

Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação

Com a publicação do decreto-lei nº 14/97 de 24 de Março de 1997, foi instituído o Gabinete de Estudos e Planeamento que tem por

competência e atribuições a proceder, nos termos da lei, a recolha, tratamento e divulgação das estatísticas sectoriais e assegurar as necessárias ligações com o SEN.

O Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação deve, ainda, elaborar e manter actualizada a carta escolar do país. A célula de estatística do GEP é, na sequência, a única célula responsável pelas estatísticas da educação e tem por função coordenar todas as estatísticas dos sectores da educação.

As principais publicações estatísticas são: O anuário estatístico e os cenários de funcionamento do ano lectivo (periodicidade anual), bem como a carta escolar (periodicidade bianual). Publica-se igualmente a análise e evolução dos principais indicadores de educação.

O GEP prevê a elaboração de estudos estatísticos que visam identificar as necessidades dos utilizadores em estatísticas sectoriais e produzir publicações de fácil utilização, nomeadamente desdobráveis, tableau de bord, e divulgá-los a um universo mais vasto.

Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Saúde

De acordo com o decreto regulamentar nº16/93, de 20 de Setembro, que define a competência, a organização e o funcionamento dos serviços centrais do Ministério da Saúde, compete ao Gabinete de Estudos e Planeamento no domínio das Estatísticas:

- Assegurar a coordenação e análise das estatísticas de saúde e promover a difusão da respectiva informação;
- Assegurar a articulação do Ministério da Saúde com o sistema Estatístico Nacional;
- Assegurar a coordenação e adequação dos sistemas de informação e de gestão dos meios informáticos.

Compete especialmente à Divisão de Estatísticas do Gabinete de Estudo e Planeamento (GEP):

- Proceder à recolha, tratamento e publicação das estatísticas sectoriais e, assegurar as necessárias ligações com o sistema nacional de estatística;
- Prestar informações estatísticas necessárias à tomada de decisões, ao planeamento e ao controlo das actividades;

- Promover a coordenação e adequação dos sistemas de informação e de gestão dos meios informáticos do Ministério da Saúde;
- Criar e manter um sistema de referência, visando proporcionar aos utilizadores o acesso a dados e informações disponíveis no sistema;
- Colaborar com outros serviços do Ministério em matéria da sua competência;

Desenvolver as demais actividades relacionadas com as estatísticas e com o sistema de informação do Ministério da Saúde.

Nos últimos anos, apenas têm sido publicados os dados de mortalidade, cuja periodicidade é anual.

A.3 Enquadramento geral do SEN

O SEN tem o seu enquadramento legal e institucional regulado pela Lei das Bases Gerais do SEN e outros regulamentos e observa os princípios fundamentais da estatística oficial das Nações Unidas. (Ver Caixa 1).

Caixa 1 - Análise da concordância da Agenda Estatística para o Desenvolvimento com os Princípios Fundamentais da Estatística Oficial (Comissão de Estatística das Nações Unidas, 1994)

PRINCIPIOS	ACOLHIMENTO PELA AGENDA ESTATÍSTICA
<p>1º PRINCÍPIO</p> <p>A Estatística Oficial constitui um elemento indispensável do sistema de informação de uma sociedade democrática, que proporciona às instituições oficiais da nação, ao sector económico e ao público dados acerca da situação económica, demográfica, social e ambiental. Com este fim, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem elaborar estatísticas oficiais com critérios de utilidade e interesse públicos e disponibilizá-las com imparcialidade para que, os cidadãos possam exercer o seu direito de acesso à informação pública.</p>	<p>No processo de preparação da Agenda Estatística, teve-se em conta as agendas de desenvolvimento e compromissos nacionais e a procura recente da informação estatística pelos utilizadores. Para o efeito, foram seleccionados as operações estatísticas relevantes, tendo em conta o interesse do utilizador nacional e estrangeiro, incluindo os parceiros de desenvolvimento, bem como o cidadão comum.</p>

<p>2º PRINCÍPIO</p> <p>Para manter a confiança na informação Estatística Oficial, os organismos responsáveis pela estatística devem decidir, de acordo com considerações estritamente profissionais, princípios científicos e ética profissional, os métodos de recolha e os procedimentos para o tratamento, conservação e apresentação dos dados estatísticos.</p>	<p>A Agenda Estatística será implementada pelos Sistema Estatístico Nacional que goza de independência, tendo os Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, autonomia, no quadro do exercício da actividade estatística. As opções técnicas e metodológicas que as operações estatísticas da Agenda encerram, decorrem das boas práticas internacionais emanadas da Comissão de Estatística das Nações Unidas.</p>
<p>3º PRINCÍPIO</p> <p>Para facilitar uma interpretação correcta dos dados, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem apresentar a informação de acordo com a metodologia científica sobre fontes, métodos e procedimentos da estatística.</p>	<p>A divulgação de informações sobre as fontes, os métodos e procedimentos utilizados já é prática na maioria das publicações estatísticas. Contudo, a Base de Dados de Estatísticas Oficiais e finalizar, no âmbito da Agenda Estatística, comporta uma base de dados de meta-informação, pelo que para além de garantir o acesso através de um balcão único, - o portal de estatísticas oficiais de Cabo Verde - de todas as estatísticas oficiais, disponibiliza para cada estatística a meta-informação designadamente relativa à fonte, os métodos e os procedimentos .</p>
<p>4º PRINCÍPIO</p> <p>Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial têm o direito de formular observações sobre as interpretações erróneas e a utilização indevida das estatísticas.</p>	<p>Já é hábito os Órgãos do Sistema Estatístico Nacional e principalmente o INE prestar informação pública para esclarecimento, em casos de interpretações erróneas e de usos abusivos das estatísticas oficiais. Continuando no essencial o mesmo ordenamento jurídico, esta boa prática será mantida</p>
<p>5º PRINCÍPIO</p> <p>Os dados utilizados para fins estatísticos podem obter-se recorrendo a toda a espécie de fontes, sejam inquéritos estatísticos ou registos administrativos. Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem eleger a fonte tendo em conta a qualidade, a oportunidade, o custo e a carga que implique para as unidades informadoras.</p>	<p>A Agenda Estatística preconiza, para a resposta à demanda estatística, o recurso a inquéritos e censos, mas também uma adequada valorização das fontes administrativas. O plano tecnológico é um dos módulos da Agenda Estatística e visa, entre outros dotar o SEN de plataformas e soluções tecnológicas que permitam o melhor aproveitamento das fontes administrativas. A Agenda tem ainda a preocupação da integração estatística, de forma a se evitar a duplicação de esforços e a sobrecarga dos respondentes.</p>
<p>6º PRINCÍPIO</p> <p>Os dados individuais recolhidos pelos organismos estatísticos para a elaboração estatística oficial, tanto provenientes de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.</p>	<p>A Agenda Estatística recomendará algumas alterações legislativas para melhor adequar o quadro legislativo e institucional aos desafios da estatística nesta década. Contudo, as alterações não abrangerão o princípio do segredo estatístico devidamente tratado na Lei do SEN.</p>

<p>7º PRINCÍPIO As leis, regulamentos e disposições que regulam o funcionamento dos sistemas estatísticos devem se dar a conhecer ao público.</p>	<p>Todas as leis e regulamentos que regem o Sistema Estatístico estão no Boletim Oficial, como também no Portal do INE.</p>
<p>8º PRINCÍPIO A coordenação entre os diferentes organismos estatísticos de cada país é essencial para assegurar a coerência e a eficiência do sistema estatístico.</p>	<p>Todas as leis e regulamentos que regem o Sistema Estatístico estatuem de forma clara sobre o princípio e os mecanismos de coordenação, tanto de objectivos como técnica. A Agenda Estatística é, por excelência, um instrumento de integração estatística e, assim, de coordenação das actividades estatísticas, visando a racionalização das actividades estatísticas.</p>
<p>9º PRINCÍPIO A utilização, pelos organismos estatísticos de cada país, de conceitos, classificações e métodos internacionais, fomenta a coerência e a eficiência do sistema estatístico em todos os níveis oficiais</p>	<p>As operações estatísticas da Agenda assentam na utilização dos conceitos, classificações e métodos universais. Assim, o desenvolvimento de nomenclaturas estatísticas não existentes, a partir de referências e a revisão das existentes, tendo em conta a revisão dos standards internacionais, são actividades previstas na Agenda.</p>
<p>10º PRINCÍPIO A cooperação bilateral e multilateral no âmbito da estatística contribui para melhorar os sistemas de elaboração de estatísticas oficiais em todos os países.</p>	<p>A Agenda Estatística para o Desenvolvimento acolheu, em primeira-mão, as orientações do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África e de PARIS 21. Outrossim, a execução da Agenda será realizada com recurso à cooperação bilateral, bem como multilateral como Afristat, Banco Mundial, BAD, Nações Unidas e os organismos sub-regionais de cooperação como a CEDEAO.</p>

A.3.1 Satisfação das necessidades dos utilizadores

Em aplicação das recomendações do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África e do PARIS21, a Agenda Estatística foi construída tendo como referências as principais agendas de desenvolvimento, a perspectiva da informação para o mercado e a cidadania, os programas de desenvolvimento e os compromissos internacionais de Cabo Verde. Assenta na valorização dos ganhos e das boas práticas da estatística oficial em Cabo Verde, na perspectiva da gestão baseada nos resultados e na integração e racionalização da actividade estatística oficial, na valorização das fontes administrativas, nos avanços e perspectivas do País no domínio das Novas Tecnologias e Informação e Comunicação e no adequado aproveitamento das capacidades existentes a nível de todo o Sistema Estatístico Nacional.

1) Presença dos Utilizadores no CNEST

A composição do CNEST evidencia um desequilíbrio entre as representações do *sector público* e do *sector privado*, o primeiro com 18 representantes (82%) e o segundo com apenas 4 (18%). Sendo indiscutível que o CNEST deve assumir-se também como um espaço de diálogo entre produtores e utilizadores das estatísticas oficiais e, sendo embora certo que os principais utilizadores ainda se situam no âmbito da Administração Pública (produzindo, em alguns casos, também informação estatística), a questão de reforçar o peso dos utilizadores do sector privado no CNEST não pode deixar de ser considerada como um objectivo estratégico a prosseguir.

2) Análise das Agendas de Desenvolvimento

Para a preparação do Plano da Actividade Estatística, cerca de 40 agendas de desenvolvimento e outros compromissos nacionais e internacionais foram analisadas para estudar as necessidades, em termos de indicadores de seguimento e avaliação, pelas autoridades nacionais, agentes económicos, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento. Outrossim, para recolher as necessidades de informação para os agentes do sector privado (câmaras de comércio, sindicatos, Associação dos Municípios de Cabo Verde, etc.) um questionário foi aplicado em Março de 2006.

Analisados os indicadores, as diferentes instituições do SEN estabeleceram a relação entre estes e as operações estatísticas em curso, identificando as operações que devem ser implementadas no período 2006-2012 para produzir os indicadores solicitados (ver Caixa 2).

Desta análise das necessidades dos utilizadores, podem-se extrair as seguintes conclusões:

- As agendas mais relevantes para o sector privado estão estritamente relacionadas com as estratégias de redução da pobreza e dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, realçando, assim, a importância da integração da Agenda Estatística nesta estratégia.
- As informações estatísticas foram utilizadas, sobretudo, para a tomada de decisão e para investigação, e muito pouco para avaliação.
- Geralmente a informação utilizada limita-se apenas à publicada. Os utilizadores não solicitam a realização de estudos específicos nem explorações a pedido dos dados estatísticos.

- A resposta do SEN não se revela adequada no domínio da saúde, do turismo, assim como, no domínio das estatísticas relativas às associações sindicais e privadas, às condições de vida, à educação, ao sector informal, às estatísticas monetárias e financeiras, ao sector do transporte e comunicações,

Caixa 2. Incidência estatística das agendas e programas de desenvolvimento

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Balço Energético																											
Carta educativa																											
Censo florestal																											
Contas Nacionais (definitiva novo sistema)																											
Demografia empresarial																											
Dinâmica do mercado de emprego																											
Dispositivo de seguimento da vulnerabilidade alimentar das famílias																											
Estatísticas das Finanças Públicas																											
Estatísticas da AOD (OECD)																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Bureau	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacional
Estatísticas de Balança de Pagamentos																											
Estatísticas de Género																											
Estatísticas do Comércio Externo																											
Estatísticas Monetárias																											
Estatísticas policiais																											
Estatísticas vitais																											
Exploração dos Registos Administrativos de CV Telecom																											
Exploração dos Registos da Direcção Geral de Cooperação Internacional																											
Exploração estadística dos Registos das Estruturas de Saúde (SIS)																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacional
Exploração estatística da actividade de supervisão do sector segurador																											
Exploração estatística da informação epidemiológica sobre o VIH/SIDA																											
Exploração estatística do Registo de Investimentos Privados																											
Exploração estatística do Registo de planos de gestão de áreas terrestres protegidas																											
Exploração estatística do Registo de Sociedades																											
Exploração estatística do Registo de veículos																											
Exploração Estatística dos Actos Judiciais																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Exploração estatística dos Regimes Aduaneiros e Comerciais da Direcção Geral do Comercio																											
Exploração estatística dos registos de doenças de declaração obrigatória																											
II Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva																											
Índice de Preços ao Consumidor																											
Inquérito à Movimentação de Hóspedes																											
Inquérito à Produção da Pesca Artesanal e Industrial																											
Inquérito à Produção e Consumo de Energia																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Inquérito à Satisfação e Gastos dos visitantes não residentes																											
Inquérito à Satisfação e Utilização das TIC nas empresas																											
Inquérito à Satisfação e Utilização das TIC nos agregados familiares																											
Inquérito agrícola anual de sequeiro, regadio, pecuária																											
Inquérito anual às Empresas																											
Inquérito ao emprego																											
Inquérito ao sector informal																											
Inquérito aos corpos docentes, discentes e às infraestruturas escolares																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Inquérito aos Preços nos Pescadores																											
Inquérito aos transportes de passageiros																											
Inquérito às despesas e receitas familiares 2012																											
Inquérito às empresas de combustível																											
Inquérito as necessidades de formação																											
Inquérito de Conjuntura																											
Inquérito Junto das famílias com crianças no pré-escolar																											
Inquérito preços PCI																											
Inquérito sobre o impacto do alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacional
Inquérito sobre os custos das acções de formação																											
Inquérito socio-económico às unidades de pesca																											
Inventário Anual aos Estabelecimentos Hoteleiros																											
Projeções demográficas 2000-2020																											
Quadro do pessoal																											
Questionário Unificado de Ind. Básicos Bem-Estar																											
Recenseamento Empresarial 2009																											
Recenseamento Geral de População e Habitação 2010																											
Registo de Emissões de Dióxido de Carbono																											

A.3.2 Avaliação dos principais produtos estatísticos

O Sistema Estatístico Nacional produz ainda um número pouco significativo de publicações e produtos específicos, com ênfase para as grandes operações estatísticas e menos nas estatísticas correntes. Estas têm tido um desenvolvimento pouco consentâneo com as actuais necessidades dos utilizadores.

Por outro lado, essas estatísticas têm sido produzidas com base em inquéritos ou recenseamentos, o que tem encarecido a sua produção. A utilização de fontes administração é ainda relativamente residual quando comparado com o potencial existente.

Entre os principais produtos estatísticos encontram-se as estatísticas demográficas e sociais, particularmente aquelas resultantes das operações do Censo 2000 e dos inquéritos junto às famílias, como o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, o QUIBB, e o Inquérito ao Emprego.

O Censo, como habitualmente, tem sido realizado no ano 0 desde há várias décadas. Permite reestruturar e montar um sistema de inquéritos junto às famílias. Resultou em inúmeras publicações e continua a ser uma das estatísticas mais procuradas. Do Censo foram elaboradas as perspectivas demográficas, já revistas com base nos dados dos inquéritos junto das famílias.

O Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias tem sido realizado de forma irregular. Foi realizado em 2001/2002, mais de uma década depois do anterior. Os seus resultados foram amplamente utilizados e vários estudos e publicações foram produtos dessa operação.

O IDSR, tal como o IDRF tem sido utilizado também na definição de políticas públicas. Este foi realizado em 1998 e em 2005 e tem sido uma fonte importante de dados, na medida em que, da última vez acabou por incluir, também, a medição da prevalência do VIH/SIDA e da anemia.

O Inquérito ao Emprego foi realizado pela primeira vez em 2005, e repetido anualmente a partir dessa data. Tem sido realizado de forma autónoma ou integrado no QUIBB. Tem sido realizado pelo IEFP em parceria com o INE.

O QUIBB tem sido utilizado, fundamental, na actualização de um conjunto de indicadores de desenvolvimento. Esse inquérito foi desenhado para seguimento de programas, tendo vários módulos que são pertinentes para a execução e avaliação de políticas públicas.

As Estatísticas Vitais têm sido uma das maiores lacunas do SEN, e não têm sido publicadas desde 1996, devido a problemas estruturais que acabam por afectar a qualidade dessas estatísticas, designadamente, o registo tardio dos nascimentos. Os registos administrativos são assim um problema de base dessas estatísticas.

No entanto, esses registos têm permitido a produção regular das estatísticas da educação. O anuário estatístico tem sido produzido com uma regularidade mais consentânea com as necessidades dos utilizadores.

As estatísticas da saúde, embora descentralizadas, vivenciam problemas metodológicos e estruturais de base que dificultam a sua produção regular e de acordo com as necessidades dos utilizadores.

Continuam, no entanto, existir problemas graves e que não têm permitido a produção de estatísticas da justiça, do mercado de trabalho, etc.

No domínio das estatísticas económicas, foram conseguidos progressos bastante relevantes na produção das Contas Nacionais Anuais, que passam a ser elaboradas utilizando as recomendações metodológicas do Sistema de Contas das Nações Unidas de 1993, com um novo ano de base, que é o ano 2002 e com uma ferramenta de compilação mais apropriada que é ERETES (Equilibre Ressources Emplois – Tableau Entrée Sortie).

Além das contas nacionais anuais, mais dois projectos estão na fase de estudos que são as Contas trimestrais e as Contas Regionais em que se está a analisar experiências de Institutos de Estatística de países parceiros, para se poder decidir sobre a metodologia que mais se adequa a realidade de Cabo Verde.

A nível do IPC, este é actualmente produzido com base numa nova metodologia. Esta operação resolveu um dos maiores problemas estruturais em matéria estatística. Para além de uma metodologia mais consistente, foi alargada a recolha a novos concelhos do país e alargado também o número de produtos da base.

Foram ainda produzidos com mais oportunidade as estatísticas do comércio externo e do turismo. Sobre essas duas áreas, dois projectos novos vão arrancar ainda este ano, a saber: o Índice do Comércio Externo e a Conta Satélite do Turismo, com este último espera-se conhecer melhor o turismo e o seu impacto na economia.

No entanto, no domínio económico, a maior lacuna no momento, prende-se com o Ficheiro de Unidades Estatísticas cuja actualização, é

até certo ponto dificultada pelo facto de não existir no país, um número único para as pessoas jurídicas. Em 2007 foi possível realizar os Inquéritos Anuais às Empresas para 2005 e 2006, sobre os quais se está já na fase de apuramento dos resultados para que se possa, proceder a elaboração da publicação. Uma vez concluída esta actividade dar-se-á início aos trabalhos preparatórios para a realização do recenseamento empresarial referente ao Exercício económico 2007 a ter lugar no final do primeiro semestre. Será a terceiro do género (o primeiro em 1997 e o segundo em 2002) e terá como principal objectivo a actualização do FUE.

Ainda no âmbito das estatísticas económicas está a ser estudado o projecto de seguimento dos indicadores de curto prazo, com vista a implementação de um boletim de conjuntura trimestral. Este projecto prevê a criação das bases de dados infra-anuais de variáveis económicas.

Vai arrancar, também, o estudo para a elaboração das estatísticas da construção civil envolvendo o seguimento das licenças de construção e dos preços dos materiais de construção, para o acompanhamento da evolução do indicador “metro quadrado construído”.

As estatísticas agrícolas e outras sectoriais continuam a enfrentar problemas incompatíveis com as necessidades dos utilizadores. Pese embora a realização do Recenseamento Agrícola em 2004, estes resultados não têm sido aproveitados para montar um sistema mais sistematizado de produção de estatísticas agrícolas correntes, o que tem prejudicado muito a elaboração das contas nacionais.

As estatísticas monetárias e financeiras têm sido produzidas com regularidade pelo Banco Central, mas existem problemas ao nível do cálculo da Balança de Pagamentos.

A.3.3 Avaliação das capacidades estatísticas

O diagnóstico realizado, em 2001, pelo CNEST identificou os seguintes pontos fortes e fracos do Sistema Estatístico:

PONTOS FORTES:

- 1º Modelo do Sistema Estatístico Nacional institucionalizado que acolhe, de forma muito razoável, os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais aprovados pela Comissão de Estatística das Nações;
- 2º Autonomia técnica consagrada pela Lei das Bases Gerais do SEN aos órgãos do Sistema, INE e OPES, com particular afirmação prática por parte do INE no exercício das suas competências e atribuições estatísticas oficiais;

- 3º Prática do planeamento da actividade estatística nacional numa perspectiva de médio prazo, nas vertentes estratégica e operacional, integrador das actividades de todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais do SEN, INE e OPES, com o consequente planeamento e avaliação das actividades numa base anual;
- 4º Dinamismo e profissionalismo do INE no exercício das suas competências e atribuições estatísticas oficiais, pautados por critérios de racionalidade económica e de prestação de serviço público à Sociedade, na senda permanente de desenvolvimento e modernização numa base gradual e progressivamente auto-sustentada;

PONTOS FRACOS:

- 1º Falta de atenção e prioridade dos membros do Governo de tutela dos OPES no acompanhamento das respectivas actividades estatísticas oficiais, com particular incidência no plano da afectação de recursos, e com inevitáveis consequências negativas no nível do desempenho;
- 2º Insuficiente cumprimento pelos OPES das suas atribuições estatísticas oficiais, com consequências negativas ao nível quantitativo e qualitativo da produção e difusão das estatísticas dos respectivos sectores;
- 3º Deficiente preparação das reuniões do CNEST por parte da maioria dos respectivos Vogais, com consequências negativas ao nível da respectiva participação no debate dos assuntos agendados;
- 4º Inadequação dos critérios utilizados pelas respectivas tutelas na nomeação da maioria dos Vogais do CNEST do Sector Público, cujo nível hierárquico-funcional não assegura a adequada representação das respectivas entidades.

A.3.4 Quadro Legal e Institucional

Lei Nº 15/V/96 de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 93/V/99 de 22 de Março.

Lei Nº 96/V/V/99 de 22 de Março, aprovando o regime jurídico dos institutos e fundos autónomos.

Lei Nº 10/VI/2002 aprovando o Estatuto Orgânico do BCV.

Decreto Regulamentar Nº 9/2000 aprovando os Estatutos do INE.

Parte B : Visão e objetivos

B.1 Visão geral

Em articulação com os produtores, utilizadores, fornecedores de informação e parceiros de desenvolvimento, foi defendida a seguinte visão para o SEN: Em 2012, o Sistema Estatístico de Cabo Verde será um sistema eficaz, que permita a produção e difusão, numa base sustentável, de estatísticas fiáveis, transparentes, com comparabilidade internacional, no quadro da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas de desenvolvimento económico e social.

As estatísticas oficiais deverão tornar-se, no horizonte de 2012:

1. Um recurso estratégico para a visibilidade e credibilidade do País, qualificador e facilitador do diálogo entre as autoridades nacionais e os parceiros de desenvolvimento;
2. Elementos essenciais de suporte à decisão do governo, dos agentes económicos e sociais e dos investidores externos e facilitadoras da focalização das intervenções, contribuindo para o crescimento económico, a redução da pobreza e das desigualdades e consequente melhoria das condições de vida e do exercício da cidadania
3. Uma referência em matéria de rigor científico, de transparência e comparabilidade internacional, num quadro de crescente sustentabilidade.

B.2 Objectivos da Agenda Estatística 2006-2012

B.3 Validação da Agenda

B.3.1 Mecanismos de validação da Agenda Estatística para o Desenvolvimento

A Agenda Estatística é elaborada com uma abordagem participativa e tem como referência as melhores práticas internacionais e o Quadro de Referência para o Desenvolvimento de Capacidades Estatísticas em África.

Assim, foram realizados dois ateliers em 2002 e 2003, respectivamente com os OPEO, os utilizadores e o Sistema das NU.

A sua validação será através de um atelier de dois dias, com todos os OPEO, representantes dos principais segmentos de utilizadores, como a Direcção Geral do Planeamento, as Câmaras de Comércio, a Plataforma das ONGs, a Associação de Consumidores e alguns parceiros como o Escritório Comum dos Fundos e Programas das Nações Unidas em Cabo Verde, Afristat, Paris 21 e INE-Portugal.

O Presidente do INE apresentará informação relevante sobre a Agenda Estatística à missão do Fundo Monetário Internacional.

O INE e os OPES organizarão uma sessão de apresentação da Agenda Estatística para a comunicação social.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento será apresentada, na segunda quinzena de Maio, à missão conjunta dos parceiros de ajuda orçamental: Banco Mundial, Cooperação Holandesa, União Europeia.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento será apresentada ao Conselho Nacional de Estatística (CNEST) para aprovação.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento será apresentada ao governo.

Parte C : Inclusão da Agenda na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

C.1 Breves sobre o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

A Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza foi aprovada em Setembro de 2004 e, a abordagem adoptada é que a estratégia de combate à pobreza deve estar no cerne das políticas públicas que visam combater a pobreza, através da criação de condições favoráveis e dinamizadoras do crescimento económico, no qual o sector privado tem um papel motor.

A elaboração do DECRP baseou-se principalmente no perfil da pobreza elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir dos dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001/2002 e com utilização criteriosa e selectiva das estatísticas oficiais das diversas áreas.

Os objectivos da DECRP estão sistematizados em torno de 5 grandes eixos estratégicos:

Eixo 1: Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade;

Eixo 2: Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos;

Eixo 3: Desenvolver e valorizar o capital humano;

Eixo 4: Melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente;

Eixo 5: Melhorar o sistema de protecção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade.

Enquanto processo analítico, a DECRP foi também ocasião de avaliação do nível de disponibilidade e de qualidade das estatísticas oficiais de Cabo Verde. O DECRP estabelece também o sistema e mecanismos de acompanhamento e avaliação pelo qual o Governo deve assegurar o acompanhamento e análise das tendências do crescimento económico, da pobreza, da vulnerabilidade e das desigualdades, seguir a execução dos programas e dos projectos que contribuem para a melhoria do crescimento e a redução da pobreza, bem como avaliar o impacto das políticas e programas relacionados. O sistema de acompanhamento assenta no Sistema Estatístico Nacional e no Sistema Nacional de Planeamento.

C.2 Outros programas nacionais e internacionais de desenvolvimento

Em 2003, as autoridades Cabo-verdianas lançaram a campanha dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, reafirmando o compromisso de realização de todos os OMD no horizonte de 2015.

O primeiro relatório de progresso do País em direcção à meta do milénio foi elaborado iniciado em 2003 e concluído em 2004, num exercício com ampla participação dos diversos sectores da administração pública, da sociedade civil e do sector privado, e fortemente apoiado pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde. A elaboração do primeiro relatório do país foi também ocasião de avaliação da capacidade do Sistema Estatístico Nacional.

Um dos objectivos do primeiro relatório sobre os OMD foi, também, avaliar o estado do Sistema Estatístico Nacional, sua capacidade de produção de dados de qualidade e com ampla cobertura das necessidades, avaliação essa visando determinar os eixos principais de reforço da capacidade estatística.

A Agenda Estatística responde à demanda de outros programas de desenvolvimento como o Plano Estratégico de Luta Contra a SIDA e o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Nessa sequência, o Sistema Estatístico de Cabo Verde deu início ao processo de elaboração da Agenda Estatística para o Desenvolvimento, assumindo questão chave «...Como assegurar a produção e difusão da informação estatística oficial com rigor, oportunidade, pertinência, sustentabilidade e previsibilidade para atender os OMD, a redução da pobreza e outras grandes prioridades nacionais?»

O sistema de acompanhamento compreende uma importante componente de acompanhamento e análise das tendências do crescimento e da pobreza tendo com objectivos:

- Seguir um número limitado de indicadores que permitem apreciar o ambiente macroeconómico e o desempenho dos principais sectores económicos visando orientar as políticas macro e sectoriais;
- Seguir um número reduzido de indicadores relativos às condições de vida, à pobreza, à vulnerabilidade e às desigualdades desagregadas designadamente por género;
- Identificar as zonas e os grupos mais pobres para aí concentrar intervenções e a afectação de recursos orçamentais;
- Compreender as causas da evolução das tendências do crescimento e da pobreza, tanto endógenas quanto exógenas e seguir e

compreender a dinâmica da pobreza no tempo.

Nesse âmbito, o governo reafirma a vontade de reforçar o sistema público de informação designadamente pelo reforço do sistema Estatístico Nacional. O governo assumiu, ainda, no âmbito do DECRP que a implementação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza será um referencial importante para a fixação das prioridades ao SEN, mas deverá, também, ser uma oportunidade do seu reforço, do ponto de vista da sua capacidade como da mobilização de recursos para a implementação da Agenda Estatística para o Desenvolvimento, assim como a criação de condições institucionais propícias ao desenvolvimento da actividade estatística em Cabo Verde.

O Quadro Institucional de acompanhamento e avaliação do DECRP compreende, assim, o Conselho Nacional de Redução da Pobreza cuja acção assenta no trabalho desenvolvido pelo Sistema Estatístico Nacional e pelo Sistema Nacional de Planeamento, enquanto sistema observatório e analítico.

Parte D : Acções estratégicas

D.1 Matriz do Quadro Lógico da Agenda Estatística

Em Fevereiro de 2003, um atelier produtores-utilizadores de estatísticas oficiais já elaborou o Quadro Lógico da Agenda Estatística para o Desenvolvimento, que foi actualizado no quadro da assistência técnica do TFSCB em Maio 2006, incluindo indicadores, fontes de verificação e hipóteses.

O Quadro Lógico é apresentado mais adiante.

Lógica da intervenção	Tipos de Indicadores de Verificação	Fontes de verificação	Hipóteses
<p>Objectivo global: ASSEGURAR A MELHORIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA OFICIAL</p>	<p>Grau de satisfação dos utilizadores com o Sistema Estadístico de Cabo Verde</p>	<p>Inquérito aos utilizadores Relatórios do CNEST</p>	<p>AGENDA ESTATÍSTICA assumida pelos produtores, utilizadores e parceiros do SEN</p>
<p>Objectivos específicos:</p>			
<p>OE1- Adequar a produção estatística a agenda de desenvolvimento do país e ao seguimento dos ODM</p>	<p>OMD e outras agendas de desenvolvimento do país com um sistema de seguimento estatístico implementado</p>	<p>Relatórios de seguimentos dos OMD e das outras agendas de desenvolvimento</p>	<p>Sistemas de seguimento das agendas de desenvolvimento baseados em indicadores estatísticos</p>
<p>OE2- Reforçar as capacidades institucionais e melhorar a articulação e a coordenação do SEN</p>	<p>Deliberações do CNEST Indicadores de Capacidade Estatística do PARIS21</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p>	<p>O CNEST está operacional e é representativo dos produtores e utilizadores das estatísticas oficiais</p>
<p>OE3 - Promover a cultura estatística e a utilização da informação estatística para a gestão do desenvolvimento a vários níveis</p>	<p>Programas e Agendas de desenvolvimento com um sistema de seguimento e avaliação baseado em indicadores estatísticos Taxa de resposta dos informantes aos inquéritos Referências à estatística oficial nos meios de comunicação</p>	<p>Relatórios dos planos e agendas de desenvolvimentos Relatórios de qualidade das operações estatísticas Meios de comunicação</p>	<p>Sistemas de seguimento das agendas de desenvolvimento baseados em indicadores estatísticos Os informantes (empresas e famílias) são conscientes da importância da colaboração com as instituições estatísticas Os meios de comunicação dão cobertura adequada às informações estatísticas</p>

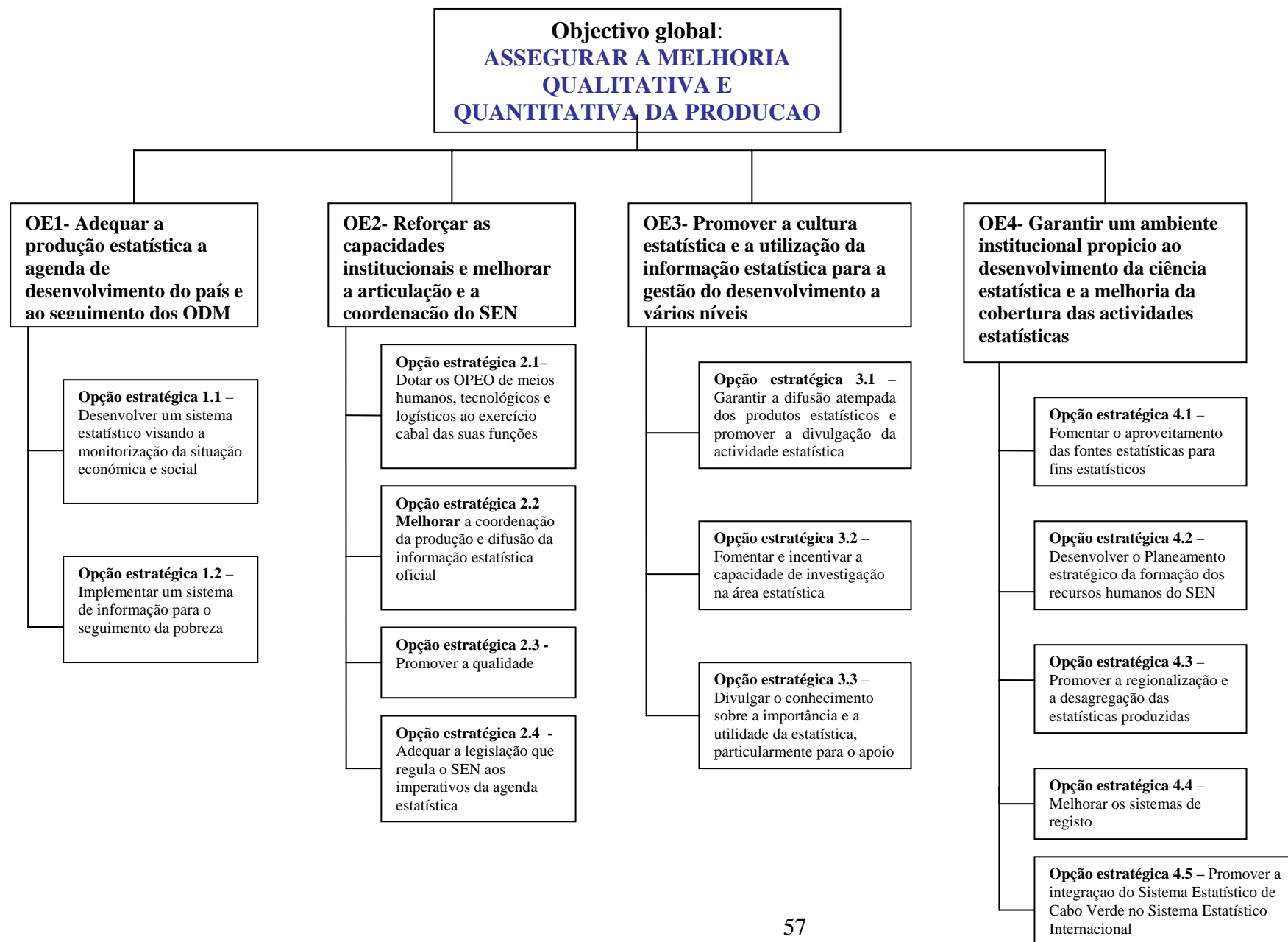
<p>OE4- Garantir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento da ciência estatística e a melhoria da cobertura das actividades estatísticas</p>	<p>Participação de Cabo Verde no SDDS</p>	<p>SDDS (website do FMI)</p>	<p>As informações no SDDS correspondem à realidade da Estatística Oficial de Cabo Verde</p>
---	---	------------------------------	---

<p>Opções estratégicas</p> <p>OE1: Adequar a produção estatística a agenda de desenvolvimento do país e ao seguimento dos ODM</p>			
<p>Opção estratégica 1.1 – Desenvolver um sistema estatístico visando a monitorização da situação económica e social</p>	<p>Número de operações estatísticas implementadas</p> <p>Plano de Actividades Estatísticas 2006-2012 implementado</p>	<p>Relatório do estado do SEN</p>	<p>As operações estatísticas são relevantes para as políticas de desenvolvimento económico e social</p>
<p>Opção estratégica 1.2 – Implementar um sistema de informação para o seguimento da pobreza</p>	<p>Número de indicadores da DECRP produzidos e difundidos</p>	<p>Relatórios anuais de progresso da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza</p>	<p>As operações estatísticas são relevantes para as políticas de desenvolvimento económico e social</p>

<p>Opções estratégicas OE2: Reforçar as capacidades institucionais e melhorar a articulação e a coordenação do SEN</p>			
<p>Opção estratégica 2.1 – Dotar os OPEO de meios humanos, tecnológicos e logísticos ao exercício cabal das suas funções</p>	<p>Pessoal dos OPEO</p> <p>Número de computadores e outros instrumentos</p> <p>Plano Tecnológico implementado</p>	<p>Balanço social do INE e dos OPES</p> <p>Inventário dos meios tecnológicos do INE e os OPES</p>	<p>Qualificação dos recursos humanos do país</p> <p>Recursos financeiros para tecnologia adequada</p>
<p>Opção estratégica 2.2 – Melhorar a coordenação da produção e difusão da informação estatística oficial</p>	<p>Publicação dos Planes e Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p> <p>Protocolos de colaboração entre as instituições do SEM</p>	<p>Boletim oficial</p> <p>Website do INE e dos OPES</p>	<p>Colaboração entre o INE e os OPES reforçada</p>
<p>Opção estratégica 2.3 – Promover a qualidade das operações estatísticas e da gestão do SEN</p>	<p>Número de relatórios de qualidade das operações estatísticas preparados com padrões internacionais (GDDS, DQAF, etc.)</p> <p>Participação de Cabo Verde no SDDS do FMI</p> <p>Sistema de Gestão para a Qualidade implementado</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p> <p>SDDS (website do FMI)</p>	<p>Critérios de qualidade estatística conhecidos pelos responsáveis do INE e os OPES</p> <p>Gestão para a qualidade assimilada pelos responsáveis do INE e os OPES</p>
<p>Opção estratégica 2.4 – Adequar a legislação que regula o SEN aos imperativos da agenda estatística</p>	<p>Actos legislativos revisados</p>	<p>Boletim oficial</p>	<p>Os poderes executivo e legislativo apoiam o desenvolvimento da Estatística Oficial</p>

<p>Opções estratégicas OE3: Promover a cultura estatística e a utilização da informação estatística para a gestão do desenvolvimento a vários níveis</p>			
<p>Opção estratégica 3.1 – Garantir a difusão atempada dos produtos estatísticos e promover a divulgação da actividade estatística</p>	<p>Número de publicações estatísticas</p> <p>Documentos de Política de Difusão Estatística preparados e publicados pelo INE e os OPES</p> <p>Calendário de difusão estabelecido pelo INE e os OPES</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p> <p>Website do INE</p>	<p>As instituições do SEN</p>
<p>Opção estratégica 3.2 – Fomentar e incentivar a capacidade de investigação na área estatística</p>	<p>Protocolos de colaboração entre os OPEO e a Universidade de Cabo Verde</p> <p>Número de inquéritos específicos realizados por encomenda pelo INE e os OPES</p> <p>Número de estudos temáticos específicos realizados por encomenda pelo INE e os OPES</p>	<p>Memória de actividade do INE e dos OPES</p>	<p>A Universidade de Cabo Verde é instalada e em funcionamento</p> <p>Capacidade nacional de investigação suficiente</p>
<p>Opção estratégica 3.3 – Divulgar o conhecimento sobre a importância e a utilidade da estatística, particularmente para o apoio a decisão</p>	<p>Referências nos médios de comunicação à importância da estatística para o apoio à decisão</p>	<p>Médios de comunicação</p>	<p>O INE e os OPES estabelecem uma política de comunicação efectiva</p> <p>Os médios de comunicação dão cobertura às actividades estatísticas</p>

<p>Opções estratégicas OE4: Garantir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento da ciência estatística e a melhoria da cobertura das actividades estatísticas</p>			
<p>Opção estratégica 4.1 – Fomentar o aproveitamento das fontes administrativas para fins estatísticos</p>	<p>Número de operações estadísticas produzidas por exploração dos registos administrativos</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p>	<p>A colaboração entre as Administrações Públicas é fluida</p> <p>Os registos administrativos são de qualidade adequada e estão em suporte informático</p>
<p>Opção estratégica 4.2 – Desenvolver o Planeamento estratégico da formação dos recursos humanos do SEN</p>	<p>Plano de Formação dos Recursos Humanos do SEN implementado</p>	<p>Balanço Social do SEN</p>	<p>Recursos humanos estáveis no SEN</p>
<p>Opção estratégica 4.3 – Promover a regionalização e a desagregação das estatísticas produzidas</p>	<p>Número de operações estatísticas por amostragem e de registos administrativos com desagregação por ilhas/concelho</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p>	<p>O tamanho de amostragem é suficiente</p> <p>Os registos administrativos utilizam o Código Geográfico</p>
<p>Opção estratégica 4.4 – Melhorar os sistemas de registo</p>	<p>Número de registos revistos para exploração estatística</p> <p>Número de registos administrativos em suporte informático</p>	<p>Relatórios de actividade dos OPES</p>	<p>Os planos de trabalho das instituições públicas incluem a revisão dos registos</p> <p>Projectos de informatização em curso implementados</p>
<p>Opção estratégica 4.5 – Promover a integração do Sistema Estatístico de Cabo Verde no Sistema Estatístico Internacional</p>	<p>Participação em pesquisas aplicadas no âmbito da cooperação técnica internacional</p> <p>Participação em grupos de trabalho internacionais de Estatística</p>	<p>Relatórios Anuais de Actividade Estatística</p>	



D.2 Estabelecimento de um plano de acção para a implementação da Agenda Estatística

D.2.1 Plano de actividades estatísticas 2006-2012

A Agenda Estatística definiu um conjunto de actividades estatísticas e relacionadas. Entre estas foi definido, como prioridade, tanto as actividades do Censo 2010 como aquelas que decorrem desta actividade, designadamente a implementação do Plano Tecnológico e o reforço institucional. É ainda considerada como uma actividade prioritária a implementação do Plano de Formação.

O Plano de Actividades Estatísticas compreende operações de síntese como as contas nacionais, as projecções demográficas, a balança de pagamentos e o balanço energético, Censos e Inquéritos como o Censo 2010, o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB), o IIº Recenseamento Empresarial de Cabo Verde a realizar-se em 2009, o Inquérito Anual às Empresas, o Inquérito sobre a satisfação dos turistas, o Inventário Anual de Estabelecimento de Alojamento Turístico, o Inquérito sobre a situação dos Deficientes, a realizar pelo INE.

Compreende ainda o Inquérito Semestral ao Emprego, o Inquérito ao Sector Informal a realizar-se pelo IIEFP, o Inquérito Socio-económico, o recenseamento das unidades de pesca artesanal e o inquérito à produção da pesca artesanal e industrial, a realizar pelo INDP, o dispositivo de seguimento da vulnerabilidade à insegurança alimentar, o Inquérito aos Parâmetros Zootécnicos do Gado, o Inquérito Anual ao sequeiro e pecuária, o Inquérito à produção do regadio entre outras operações do sistema de estatísticas permanentes do MA.

Compreende, ainda, a produção de estatísticas com recurso a fontes administrativas, especialmente pelos OPES como a Educação e a Saúde, bem como o desenvolvimento das estatísticas correntes.

Entre as actividades não estatísticas destacam-se:

Revisão das Nomenclaturas: no quadro da revisão internacional, o SEN deverá rever e actualizar todas as suas principais nomenclaturas, designadamente as classificações de actividade, bens e serviços e profissões. Ao nível nacional, deverá ser privilegiada a revisão do Código Geográfico, enquanto ferramenta crucial para o Censo e para a afectação dos recursos municipais.

O Censo deverá permitir a montagem de um sistema baseado na amostra-mãe, que permitirá a realização de amostras mais adequadas às necessidades dos inquéritos junto das famílias. O mesmo deverá ocorrer com o Ficheiro de Empresas, cuja actualização deverá permitir

a o lançamento de amostras para os inquéritos junto das empresas.

É de referir ainda que, um dos projectos relevantes para a produção e difusão de estatísticas será a cartografia digital e a implementação de um SIG no INE. Estas actividades serão enquadradas no Plano Tecnológico.

A implementação de todas as actividades, será acompanhada pela implementação de um sistema de qualidade, que permitirá a definição de regras e procedimentos e a avaliação da qualidade técnica dos produtos gerados.

Os parceiros de desenvolvimento do país e, em particular, de cada um dos órgãos sectoriais, deverão apoiar na implementação da Agenda. Por essa razão, será dada especial ênfase à assinatura de protocolos e projectos de cooperação visando a mobilização de parcerias.

O Anexo H3 tem o detalhe dessas actividades.

D.2.2 Plano de formação dos Recursos Humanos do SEN

Do SEN é esperado que se responsabilize pelo essencial dos programas de seguimento e avaliação incluídos nesses projectos ou programas. As exigências ao SEN implicam que este seja devidamente capacitado no sentido de responder de forma positiva e oportuna a essas demandas. Neste sentido, foi elaborado o presente Plano de Formação para o período 2006-2012, visando o cumprimento do Plano da Actividade Estatística de Médio Prazo, para o mesmo período.

A integração do Plano de Formação no Plano de Actividades é um exercício inovador em Cabo Verde, elaborado pelo INE, em colaboração com os OPES, ouvidos durante o processo.

O Plano de Formação do SEN permite, numa perspectiva de médio e longo prazo, a autonomia técnica gradual dos OPEO e, tornam cada vez mais habilitados a prestarem serviço numa óptica de rentabilização dos seus recursos humanos e materiais, sobretudo, de tratamento automático da informação.

O Plano de Formação é virado para a aquisição de competências, tendo sido incluídas todas as acções de formação que, para um determinado posto de trabalho, possibilitam o exercício cabal das funções atribuídas a este posto. Nesta perspectiva, foi elaborado o Plano tendo em conta três tipos de competências: nível básico (aquisição de competências mínimas), nível avançado (ou especializado, visando a criação de autonomia técnica e científica) e reciclagem (actualização de conhecimentos).

Nesta perspectiva, foi considerado como padrão mínimo para os técnicos mais qualificados (superiores e médios), um conjunto de aptidões à entrada ou a serem desenvolvidas como ferramentas de trabalho (SPSS, Excel avançado, Elaboração e Gestão de Projectos e

Línguas). Daí que estas acções tenham peso importante no conjunto das acções inventariadas.

As acções de formação identificadas beneficiam todos os grupos e categorias profissionais, não sendo exclusivo dos técnicos com grau académico mais elevado ou implicados directamente na produção estatística.

As acções identificadas visam o desenvolvimento de competências para o desempenho de tarefas. Nesta perspectiva, foram eliminadas as acções para aquisição de grau académico, ou seja, não foram incluídas as licenciaturas, pós-graduações, mestrados ou doutoramentos, devendo estas acções serem contempladas num âmbito completamente diferenciado.

O Plano de Formação pretende ainda ser escalonado no tempo. No entanto, a impossibilidade de definir, à partida, os financiamentos disponíveis não permitem um detalhe superior., na medida em que o seu desenho na implementação, a escolha das modalidades e o tipo de formação depende sobremaneira dos recursos financeiros colocados à disposição. No entanto, este documento deve dar origem ao Plano Operacional de Formação numa óptica anual, devendo neste serem identificados o número efectivo de beneficiários, as modalidades (on Job, em sala de formação, em Cabo Verde, no estrangeiro, por e-learning, ...), a duração e o conteúdo programático, entre outras questões.

È convicção que muitas das acções de formação podem e devem ser multiplicadas pelos técnicos do SEN ou de forma complementar por consultores nacionais devidamente habilitados. Nesse caso, a utilização de parcerias com a Universidade de Cabo Verde e outras instituições do ensino superior é incontornável.

O Plano de Formação implica uma alteração substancial na política de gestão do pessoal técnico do SEN no sentido de serem multiplicadas pelos beneficiários as acções de formação, em modalidades a estudar caso a caso. O objectivo é, por uma lado, garantir que haja um benefício institucional efectivo e não apenas benefícios individuais associados à formação e, por outro, que técnicos de diferentes áreas ganhem sensibilidade em diferentes domínios com benefícios evidentes para a mobilidade profissional.

Todavia, é necessário que se tenha em mente que formar pessoas não é apenas lhes dar informações para que elas tenham novos conhecimentos, habilidades e tornem-se mais eficientes naquilo que fazem. É, sobretudo, um processo básico para que os trabalhadores descubram novas atitudes, ideias, soluções e conceitos que modifiquem seus hábitos e comportamentos.

Tem os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

Implementar o Plano de Formação de Médio Prazo para o SEN, no período de 2006 a 2012, que permita, por um lado, o cumprimento da Agenda Estatística e, por outro, que oriente o SEN para a sua gradual autonomia técnica e científica, através da racionalização dos recursos escassos afectos a esta actividade, disseminando do conhecimento através da multiplicação interna e a promoção de uma verdadeira política de mobilidade no seio do SEN.

Objectivos Específicos

- ❖ Cumprir as atribuições no âmbito dos programas de seguimento e avaliação do DECRP, MCA e OMD, entre outros documentos e programas de referência do país;
- ❖ Dotar os OPEO do SEN das competências técnicas e científicas com vista à redução gradual da sua, ainda, extrema dependência técnica de entidades externas ao Sistema;
- ❖ Possibilitar o cumprimento da Agenda Estatística 2006-2012;
- ❖ Permitir ao INE o acréscimo de receitas através da prestação de serviços especializados em áreas estatística e afins;
- ❖ Permitir ao INE apoiar as instituições de ensino superior na docência de disciplinas com elevada componente técnica e científica;
- ❖ Estimular a inovação nos métodos de trabalho e promover a elaboração de comunicações técnicas.

Para a concretização desses objectivos, o Plano de Formação tem uma lógica temporal que permite, por um lado, a racionalização dos recursos escassos, afectos a esta actividade e, por outro, permitam a disseminação do conhecimento através da multiplicação interna. A meta será sempre produzir estatísticas com qualidade e difundi-las com oportunidade.

No final da execução do Plano deverá não só ter sido reforçada a capacidade teórica interna e a respectiva capacidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, mas, sobretudo, permitir a promoção de uma verdadeira política de mobilidade interna (no INE e nos OPES) dos quadros técnicos.

Para a sua elaboração foi utilizada a seguinte metodologia:

- ✓ Realizar uma avaliação das necessidades em efectivos e formação dos órgãos produtores de estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional. Para o efeito, foi lançado um inquérito junto de todos os técnicos do SEN, seguido de entrevistas qualitativas aos dirigentes dos órgãos produtores;

- ✓ Desenvolver progressivamente um programa de formação corrente, aberto a todos os órgãos produtores do Sistema Estatístico Nacional, em estatística (em áreas técnicas e instrumentais correlacionadas), e em gestão;
- ✓ Privilegiar as modalidades de formação no posto de trabalho, sempre que necessário com a colaboração de estruturas adequadas do ensino superior, tanto nacionais como estrangeiras, que oferecerem um ensino de qualidade reconhecida. Foi igualmente privilegiada a formação on Job ou em horário laboral como forma de se promover a participação e a obtenção de resultados concretos. No entanto, esse objectivo deve ser concretizado de forma mais efectiva nos Planos Operacionais.
- ✓ Privilegiar a formação em território nacional, seja realizada por consultores nacionais ou por consultores internacionais, mas a realizar em Cabo Verde, como forma de racionalização de recursos e de se aumentar de forma significativa o número de beneficiários.

Se, por um lado, não existem instituições nacionais credíveis em todas as áreas que se prevêem lacunas, em termos de conhecimentos técnicos, a execução de acções no exterior do país são demasiado custosas e estarão sempre limitadas a um número reduzido de beneficiários. Assim, é importante a elaboração de uma estratégia de financiamento das acções de formação fortemente correlacionada com a política de cooperação estatística.

Como produtos do Plano de Formação obteve-se:

- ✓ Caracterização do efectivo técnico nos OPEO;
- ✓ Identificação das Necessidades em Efectivos e Formação dos OPEO;
- ✓ Orçamentação das Acções de Formação;
- ✓ Distinção entre formação para capacitação teórico-científica e formação de reciclagem;
- ✓ Identificação das acções de formação para cada OPEO.

O Plano de Formação, ora elaborado, permitirá, em função dos recursos mobilizados, identificar as acções de formação necessárias e as respectivas modalidades. O produto, a obter, será, assim, o Plano Operacional de Formação.

O plano de formação custará aproximadamente 600 mil USD, sendo cerca de 70% afecto ao INE e 30% aos OPES.

D.2.3 Plano tecnológico do SEN

A partir do documento « Orientações para a preparação do Plano Tecnológico » (Março 2006) e a revisão do relatório da missão pelo Statistics Sweden (6-17 Março 2006), que identifica como componente prioritária da cooperação, no âmbito das Tecnologias da Informação (TI), um novo documento « Preparação do Plano Tecnológico da Agenda Estatística 2006-2012 » foi apresentado no atelier de validação (2-3 Maio 2006).

De acordo com o consenso no Atelier, foram definidos como objectivos/princípios orientadores do Plano Tecnológico os seguintes:

- Dotar o SEN de uma infra-estrutura tecnológica moderna e capaz de responder aos novos desafios exigidos a um sistema estatístico de um país de desenvolvimento médio;
- Realizar o Censo 2010 em condições consideravelmente melhores, adoptando as tecnologias de informação na captura de dados e na disseminação da informação estatística;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma administração pública mais moderna e apta a responder às demandas de todos os sectores;
- Melhorar o acesso e o conhecimento das estatísticas oficiais;
- Promover a literacia estatística com recurso às tecnologias de informação;
- Melhorar os sistemas de colecta de informação junto das famílias e das empresas;
- Desenvolver, produzir e difundir estatísticas de acordo com as necessidades dos utilizadores;
- Promover a política tecnológica enquanto componente importante na implementação dos sistemas de qualidade na produção estatística oficial;
- Produzir e disponibilizar a informação estatística através de vários sistemas de informação, designadamente, inquéritos, recenseamentos e utilização de fontes administrativas.
- Conceber a sua infra-estrutura tecnológica de forma a apoiar de maneira eficiente o processo de produção estatística e as necessidades de comunicação quer internas como externas;
- Promover os princípios de estabilidade, segurança e eficácia das actividades tecnológicas, no quadro do PESI e dos regulamentos da administração pública;
- Adoptar uma abordagem custo-eficácia no desenvolvimento e implementação da sua política tecnológica
- Servir, como referência nacional, em matéria de desenvolvimento de sistemas de informação.

O Plano Tecnológico será estabelecido com a participação dos utilizadores das TI no SEN, dos responsáveis das TI no INE e os OPES, e de consultores externos (Statistics Sweden). Um calendário para a elaboração do Plano Tecnológico foi estabelecido para o período Maio-Outubro 2006, além de uma estimativa do orçamento necessário, financiado em cerca de 97% pela cooperação sueca (Anexo H5).

D.2.4 Outras actividades de apoio à Agenda Estatística

A política de comunicação da Agenda Estatística e parte da política de comunicação do Sistema Estatístico Nacional, assente na plaidoyer para a mobilização de recursos, e em geral, das parcerias necessárias a execução da Agenda e na valorização da informação estatística para a decisão. No âmbito das relações com os mass-média, a política de comunicação deverá potenciar a valorização da informação estatística, na promoção da independência das estatísticas oficiais, na informação para a cidadania.

O processo de elaboração da Agenda Estatística foi socializado com adequada cobertura dos média, designadamente através de artigos de imprensa escrita e de notícias na rádio e televisão. O governo de Cabo Verde fixou, pela campanha dos OMD e a adopção do DECRP, as referências principais da Agenda Estatística.

Nesse âmbito, será abordado com o Governo e o Parlamento a contribuição da estatística para o desenvolvimento de Cabo Verde, bem como os dispositivos de acessibilidades, as estatísticas pelos decisores como a BDEO e os quiosques para os órgãos de soberania.

A Agenda Estatística será, após o atelier de validação, apresentada de forma autónoma à comunicação social. Propõe-se, ainda, desenvolver acções de reforço de capacidades dos profissionais da comunicação social para a utilização qualificada das estatísticas oficiais.

Parte E : Actores e respectivos papéis

E.1 Actores da Agenda Estatística

E.1.1 Coordenação e planeamento

A coordenação da Agenda Estatística será assegurada, no âmbito do sistema e dos mecanismos de funcionamento do Sistema Estatístico Nacional. Assim, a coordenação das actividades estatísticas será superiormente realizada pelo CNEST, tendo como instrumento os planos e os relatórios de actividade estatística oficial.

Nos termos da lei, os parceiros do desenvolvimento serão convidados para as reuniões do CNEST em que se aprova o relatório e os planos anuais de actividades estatísticas, promovendo-se uma melhoria da articulação institucional, de racionalização de recursos e na coordenação dos objectivos.

O INE assegura a coordenação técnica, nos termos da lei, através de protocolos com os OPES, de realização de operações conjuntas e de integração das operações como o QUIBB-CV.

O INE liderará a montagem do plano tecnológico do Sistema Estatístico Nacional e assegura a coordenação da implementação em articulação com o NOSI.

A implementação do plano de formação será coordenada pelo INE em articulação com organismos da administração pública da área da formação. Será criado a nível do INE, uma Unidade de Gestão do Plano de Formação.

A Direcção de Planeamento e Operações do INE superintende o planeamento e o seguimento da Agenda Estatística.

A coordenação das parcerias para a Agenda Estatística será assegurada pela Direcção Geral do Planeamento, do Ministério das Finanças e Administração e, a Direcção-Geral da Cooperação Internacional, do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades. Será realizada, anualmente, uma reunião de balanço da programação da cooperação estatística, com o INE e os OPES e sob a liderança da Direcção Geral do Planeamento e da Direcção-Geral da Cooperação Internacional.

E.1.2 Produção e difusão de estatísticas oficiais

A produção de estatísticas oficiais será feita no quadro do Sistema Estatístico Nacional, ou seja pelo INE, o Banco de Cabo Verde, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, o Gabinete de Estudos Planeamento e Cooperação do Ministério da Saúde, a Direcção de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, o

Gabinete de Estudos do Ministério da Justiça, a Direcção Geral do Trabalho. O Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças poderá vir a integrar o Sistema Estatístico como OPES.

E.1.3 Financiamento da Agenda

Todos os parceiros presentes no atelier consensualizaram uma estratégia para a mobilização de recursos, baseado em certos princípios, mecanismos de financiamento, na identificação de parceiras já existentes ou potenciais e, definiram um roteiro para essa mobilização:

Princípios:

- A Agenda Estatística é um instrumento de **coordenação das parcerias** para o desenvolvimento das estatísticas oficiais, devendo, inclusive, favorecer a racionalização dos recursos (Não duplicação de esforços e integração estatística);
- O **esforço nacional** deverá garantir a sustentabilidade das actividades estatísticas;
- O suporte financeiro da Agenda Estatística é segmentado de acordo com as áreas de **especialização dos parceiros**;
- Os organismos sub-regionais de cooperação técnica são instâncias de primeiro recurso para a **cooperação técnica**, designadamente no âmbito do esforço de integração regional;
- A cooperação no domínio da estatística deverá favorecer a **previsibilidade de recursos** para a actividade estatística oficial

Mecanismos:

- O Governo realizará uma consulta temática (**Mesa redonda**) dos parceiros de desenvolvimento;
- Afectação de recursos nacionais através do **Orçamento do Estado**;
- **Consultas temáticas** aos parceiros;
- **Balço e programação anual** da cooperação estatística pelo INE, OPES, DGP e DGCI, sob a liderança dos dois últimos.

Parcerias

- *Financiamento do **Banco Mundial***
 - *STACAP*
 - *Trust-Fund de Seguimento e Avaliação do PRSP*
- *Financiamento do **BAD***
 - *Novo programa de cooperação com Cabo Verde para o período 2006-2010*
 - *Programa de Comparação Internacional (PCI)*
- *Escritório Comum dos Fundos e Programas das **Nações Unidas***
 - *Programa de Cooperação para o período 2006-2010*
 - *Apoio ao seguimento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento*

União Europeia, projecto «Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP»

- **Cooperação Sueca**, *Projecto de Assistência ao Sistema Estatístico de CV*
- **Cooperação Portuguesa**
 - *Acordo de Cooperação Estatística*
 - *Programa de cooperação de médio prazo*
- **Millenium Challenge Account**
- **CEDEAO**, *no âmbito do ECOSTAT*
- **Afristat**, *no âmbito do Programa Estratégico 2006-2010.*
- **Handicap International et a Cooperação Luxemburguesa**, *no âmbito da cooperação com Cabo Verde*

Roteiro

- Contactos *bilaterais* com eventuais parceiros;
- Aprovação da Agenda Estatística pelo Governo;
- Consulta temática (Mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento;
- Preparação do plano financeiro e do plano de cooperação da Agenda Estatística para 2007;
- Primeira reunião – DGP, DGCI, INE e OPES.

E.2 Beneficiários

A Agenda Estatística garantirá a produção de estatísticas oficiais com oportunidade, pertinência e rigor científico e a adequada acessibilidade às mesmas. Com o reforço da oferta estatística, espera-se que seja reforçada a capacidade de análise normativa, para que o governo de Cabo possa apropriar-se, devidamente, da informação disponível para a melhoria da pertinência e do impacto das políticas e de outras decisões. Espera-se ainda que os parceiros de desenvolvimento encontrem na estatística oficial, a medida adequada do impacto da respectiva contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde, bem como um facilitador do diálogo, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Espera-se que, a maior disponibilidade de informação estatística contribua para um ambiente empresarial mais propício à iniciativa e investimento privados e que o sector privado tire proveito da informação disponível para melhor gestão dos riscos.

Espera-se que, as ONGs tirem proveito da disponibilidade de informação estatística para melhor intervenção, designadamente no âmbito da consideração da perspectiva género, da promoção de iniciativas de benefício individual ou colectivo visando a inclusão económica e social e a redução da pobreza e das desigualdades.

Espera-se que, o cidadão comum aproprie-se, cada vez mais da informação estatística como suporte de tomada de decisão e de reforço do exercício da cidadania.

Parte F : Meios necessários e origem das contribuições

F.1 Meios para a montagem e seguimento da Agenda Estatística

Para a elaboração da Agenda Estatística, o INE e os OPES empenharam, parte expressiva das suas capacidades, no domínio de planeamento e engenharia estatística. Contou, ainda, com a assistência técnica prestada por um consultor internacional recrutado no âmbito do Mini-Trust-Fund, atribuído pelo Banco Mundial.

Para a execução da Agenda Estatística serão realizadas, em curto prazo, algumas acções de adequação e reforço do SEN: A Lei do Sistema Estatístico e os Estatutos do INE poderão ser alterados.

No INE:

- ✓ Será implementada a Direcção de Planeamento e operações que superintenderá todo o processo de planeamento no âmbito da execução da Agenda.
- ✓ Será reforçada a Direcção de Método e Gestão de Informação para o reforço da coordenação interna e, com os OPES, e para o relançamento do CNEST.
- ✓ Será criado, no seio da Direcção Administrativa e Financeira, uma Unidade de Gestão do Plano de Formação.

Para aprofundar a reflexão sobre as prioridades da Agenda, o INE organizou, no âmbito das comemorações do seu Xº aniversário, uma conferência internacional sobre «Os desafios da Estatística Oficial num País em transição».

F.2 Meios para a produção e difusão estatística

A produção e a difusão das estatísticas oficiais têm sido asseguradas pelo INE e pelos OPES. O quadro do pessoal do INE prevê 78 funcionários, mas actualmente tem no seu activo 60, sendo que cerca de 50% são técnicos superiores. É necessário reforçar o staff do INE de forma a dar vazão aos desafios que têm pela frente. Ao nível dos OPES, existem aproximadamente 8 funcionários em cada e, com excepção do Banco Central, todos necessitam de pessoal qualificado para produzirem mais nas áreas das suas competências.

A nova lei do SEN, a ser aprovada pelo Parlamento, prevê em vez de OPES, órgãos delegados do INE. É um mecanismo importante que tornará mais eficaz a produção de estatísticas, mas que aumenta, também, as responsabilidades do INE, porque poderá destacar

funcionários para as delegações com necessidades.

Decorrente da aprovação da lei, haverá necessidade de rever o estatuto do pessoal do INE adequando-o aos novos tempos e aos desafios proposto na Agenda.

F.3 Meios financeiros para a Agenda Estatística

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento constitui a oportunidade da década para se adequar o Sistema Estatístico às exigências de um País de Desenvolvimento Médio, exigindo o reforço do esforço financeiro para a estatística.

Os recursos para a execução da Agenda Estatística para o Desenvolvimento foram avaliados em cerca de 15 milhões de dólares, incluindo as despesas recorrentes de funcionamento do INE, dos OPES e do CNEST.

Este montante inclui:

- ✓ 12,4 Milhões de dólares para a execução do Plano de Actividades Estatísticas;
- ✓ 600 Mil dólares para a execução do Plano de Formação dos Recursos Humanos;
- ✓ 1 Milhão de dólares para a execução do Plano tecnológico;
- ✓ 1 Milhão de dólares para os investimentos na construção da sede do INE e outras em infra-estruturas e equipamentos.

O Governo de Cabo Verde aprovará a Agenda Estatística, tornando-a num instrumento oficial de gestão do desenvolvimento do Sistema Estatístico, como negociará um STATCAP com o Banco Mundial, assim como o financiamento do BAD, no âmbito do programa de cooperação com Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde realizará uma consulta temática (Mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento para a mobilização dos recursos necessários à execução da Agenda Estatística.

F.3.1 Método de estimativa dos custos

Para a elaboração da Agenda foi decidido incorporar o máximo de informação sobre custos de implementação. Por um lado, foi pesquisado o mercado para identificação dos custos relacionados com a contratação de consultores e de prestação de serviços de aluguer para a orçamentação dos custos com a formação. Por outro lado, foi consultado o mercado para definição dos custos relativos às

componentes tecnológicas.

No entanto, para as actividades estatísticas, estimaram-se, sempre que possível, um cálculo aproximado baseado nas ocorrências do passado. Foram detalhados os orçamentos de muitas das actividades, em função do que aconteceu na operação anterior. Se se tratasse de uma nova operação, o cálculo era baseado na equiparação de uma actividade de natureza e dimensão semelhante à que se pretendia orçar. Em muitos casos, os orçamentos foram trabalhados em encontros bilaterais INE/OPES.

Para as operações baseadas em actos administrativos, considerou-se um custo padrão mínimo e idêntico para todas as actividades.

Pese embora esse pressuposto, o Plano de Formação foi contemplado com uma proposta de orçamentação, sem a qual se tornaria difícil a mobilização de recursos. Para o efeito, foi estimado um conjunto de custos em função de três modalidades essenciais: formação nacional com consultor nacional, formação nacional com consultor internacional e formação internacional. Para cada um, foi estipulado um conjunto médio de despesas, por cada semana de formação, e que incluía, deslocações, perdiem e honorários, bem como despesas com aluguer de salas e equipamentos.

F.3.2 Estimativa do orçamento O orçamento total da Agenda Estatística ronda os 15 milhões de Euros assim distribuídos:

Actividades Estatísticas e Para-Estatísticas-12,4 milhões de Euros
Plano Tecnológico – 1 milhão de Euro
Plano de Formação – 600 mil Euros
Plano de Reforço Institucional – 1 milhões de Euros.

F.3.3 Parcerias identificadas para o financiamento Propõe-se recorrer ao financiamento do Banco Mundial através do STACAP e do Trust-Fund de Seguimento e Avaliação do PRSP, do BAD no âmbito do novo programa de cooperação com Cabo Verde para o período 2008-2012 e do Programa de Comparação Internacional (PCI), da Cooperação Sueca no âmbito do Projecto de Assistência ao Sistema Estatístico de Cabo Verde, da Cooperação Portuguesa, no âmbito do Acordo de Cooperação Estatística e no quadro do programa de cooperação de médio prazo, do Escritório Comum dos Fundos e Programas das Nações Unidas no âmbito do Programa de Cooperação para o período 2008-2012 e do apoio ao seguimento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, da União Europeia, no âmbito do projecto «Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP», de Handicap International e a Cooperação Luxemburguesa, no âmbito da cooperação com Cabo Verde e do Millenium Challenge Account, da CEDEAO, no âmbito do ECOSTAT e do Afristat, no âmbito do Programa Estratégico 2008-2012.

Parte G : Proposta de calendário

G.1 Calendário geral da Agenda

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento incorpora a estratégica do país em matéria de estatística para o período 2006 – 2011. Como exposto anteriormente abarca 4 componentes.

Prevê-se o seguinte calendário para a Agenda:

- Primeiro semestre de 2008 - adopção pelo Governo;
- Primeiro semestre de 2006 – Segundo semestre de 2012- Implementação do Plano de Actividades Estatísticas;
- Primeiro semestre de 2008 - Conclusão do Plano Tecnológico e mobilização de recursos;
- Primeiro semestre de 2008 - Primeira avaliação pelo CNEST;
- Segundo semestre de 2008 – Lançamento do Plano Tecnológico;
- Segundo semestre de 2008 – Segundo semestre 2009- Construção da Nova Sede do INE;
- Segundo semestre de 2009 – Avaliação a meio percurso da Agenda;
- Primeiro semestre de 2012 – Avaliação final da Agenda no âmbito da Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional.

G.2 Calendário da produção estatística

- O plano de Actividades será implementado entre o primeiro semestre de 2006 e 2012. Destacam-se, neste Plano, a realização do Recenseamento da População e Habitação de 2010. Outros detalhes poderão ser obtidos no Anexo

Parte H : Anexos

H.1 Adopção institucional da Agenda Estatística

O Atelier de validação da Agenda Estatística para o Desenvolvimento realizou-se a 2 e 3 de Maio, no Tarrafal de Santiago e, contou com a participação de órgãos produtores de estatísticas oficiais, de representantes dos principais segmentos de utilizadores e alguns parceiros com maior intervenção no domínio da estatística, designadamente, Afristat, Paris 21, INE de Portugal e o Escritório dos Fundos e Programas das Nações Unidas em Cabo Verde.

1. Sessão de abertura

Na sua intervenção na sessão de abertura, o Presidente do INE centrou-se nos marcos essenciais da Agenda Estatística para o Desenvolvimento, enquanto instrumento de gestão de desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional, de coordenação das parcerias para as estatísticas oficiais, assente na análise das principais agendas de desenvolvimento, programas e compromissos internacionais, na integração estatística, no estabelecimento das prioridades na valorização das fontes administrativas, mas também na clarificação do esforço nacional e dos parceiros de desenvolvimento, visando a previsibilidade de recursos e a sustentabilidade das actividades estatísticas.

2. A reforma do Sistema Estatístico Nacional

Os participantes no atelier reconheceram que a reforma do Sistema Estatístico Nacional iniciada em 1996, permitiu o efectivo relançamento do Sistema Estatístico e da actividade oficial, à luz dos 10 princípios fundamentais da estatística oficial aprovada pelas Nações Unidas em 1994, bem como a inserção progressiva do Sistema Estatístico Cabo-verdiano na comunidade estatística internacional.

A reforma do Sistema Estatístico Nacional conferiu ao sistema, capacidade, credibilidade, independência, notoriedade e, conseqüentemente, cada vez maiores responsabilidades.

3. Aplicação das boas práticas internacionais na preparação da Agenda Estatística para o Desenvolvimento

O representante do PARIS21 e o consultor apresentaram as boas práticas internacionais e a sua aplicação em Cabo Verde. Os participantes do atelier consideraram que, o processo seguiu as melhores práticas internacionais, em particular com um processo participativo, com uma visão ambiciosa, tendo em conta os desafios novos que a passagem de Cabo Verde ao Grupo dos PDM coloca às estatísticas oficiais.

4. O diagnóstico

No que diz respeito ao diagnóstico de base para a elaboração da Agenda Estatística, os participantes consideram que, o número, a diversidade e complexidade das operações estatísticas que a Agenda insere, por si testemunham o nível de procura das estatísticas

oficiais, mas também do engajamento do INE e dos OPES em reforçar a produção e difusão de estatísticas oficiais, e a colocar a estatística cada vez mais ao serviço do desenvolvimento.

As operações estatísticas propostas no âmbito da Agenda atestam, também, uma selecção criteriosa de soluções, com a perspectiva de previsibilidade para os utilizadores de informação estatística e de sustentabilidade do sistema estatístico nacional.

O atelier mandata o INE e os OPES para incorporarem novas agendas e indicadores não considerados no diagnóstico, designadamente, estatísticas sobre a produtividade, imigração e emprego.

Os participantes consideraram que é estratégico o estabelecimento de prioridades, tendo em conta a capacidade do Sistema Estatístico Nacional.

5. Resposta do Sistema Estatístico Nacional

5.1. Visão

Os participantes adoptaram a seguinte visão para o desenvolvimento da estatística oficial no horizonte de 2012:

Em 2012, o Sistema Estatístico de Cabo Verde será um sistema eficaz, que permita a produção e difusão, numa base sustentável, de estatísticas fiáveis, transparentes, com comparabilidade internacional, no quadro da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas de desenvolvimento económico e social.

5.2. Plano de Actividades

O Plano de Actividades foi objecto de apresentação e discussão, tendo os produtores destacado a sua produção e os utilizadores identificaram as suas necessidades não abrangidas pela produção. Globalmente, o Plano de Actividades responde às expectativas dos utilizadores, tendo o INE e os OPES ficado mandatados para procederem à análise e integração das novas actividades.

Os participantes recomendaram às entidades públicas e privadas a melhorar os seus registos informáticos de forma a aperfeiçoar a prestação de informação para fins estatísticos e a viabilizar a produção de estatísticas oficiais, baseadas no aproveitamento daqueles registos.

Recomendaram, igualmente ao INE e aos OPES, a produção de informações estatísticas com detalhe geográfico, mais pertinente, para efeitos de decisão e planeamento.

Foi ponderada a possibilidade de serem criados novos OPES, designadamente nos ministérios das Finanças e Administração Pública e Infra-estruturas, Transporte e Mar.

Foi confirmada a prioridade do Censo 2010 como única fonte para fornecer informação primária ao nível mais detalhado da divisão administrativa do país, designadamente alguns indicadores do DECRP e dos OMD, e como actividade de suporte a diversas operações por amostragem.

Foi ainda recomendado que fossem adequados os calendários de algumas operações às necessidades de seguimento e avaliação de algumas agendas, designadamente, o DECRP e os OMD.

A proposta de plano de actividades estatísticas de Cabo Verde 2006-2012, foi considerada ambiciosa, mas necessária e, recomendaram ao INE e aos OPES a privilegiar a integração estatística, de forma a se evitar a duplicação de esforços e a sobrecarga dos respondentes. Mais recomendaram o estabelecimento de uma escala selectiva de prioridades.

4.3. Plano de Formação

No concernente ao Plano de Formação dos recursos humanos do SEN para o período 2006-2012, foi apresentada a metodologia para a sua elaboração, o diagnóstico realizado e uma proposta baseada neste diagnóstico, que é parte integrante da Agenda Estatística para o Desenvolvimento.

4.4. Plano Tecnológico

Foi apresentada a proposta para a elaboração do Plano Tecnológico para o período 2006-2012. Os participantes apreciaram a proposta e sugeriram a necessidade de uma melhor articulação entre o SEN e outras instituições, nomeadamente o NOSI.

O Plano Tecnológico será preparado conjuntamente por um grupo técnico, com apoio de consultores especializados, a partir de um diagnóstico que incluirá os utilizadores, e validado pelo INE e pelos OPES.

As áreas inicialmente identificadas para o Plano Tecnológico são:

- *Um Sistema de Informação Geográfica;*
- *A adopção de tecnologias de captura de dados na recolha e digitação;*
- *A reprografia digital;*
- *A inter conexão de Bases de Dados, como meio de melhoria do aproveitamento de fontes administrativas;*
- *A adopção de tecnologias de difusão de dados;*
- *Plano de Desenvolvimento e Actualização de Hardware e Software.*

4.5. Estratégia de mobilização de recursos

Foi apresentada a estratégia de mobilização de recursos, nomeadamente os princípios, os mecanismos, as parcerias já identificadas e o roteiro. Foram realçados os seguintes

princípios: a coordenação das parcerias através da Agenda Estatística, a progressividade do esforço nacional para a sustentabilidade do SEN, a segmentação da Agenda de acordo com as áreas de especialização dos parceiros e, a previsibilidade dos recursos.

Foram ainda apresentados os mecanismos a estabelecer para mobilizar os recursos e as parcerias já identificadas. Entre outros mecanismos, foram propostas consultas temáticas e mesa redonda com os parceiros.

CONCLUSÃO

Os participantes validaram a Agenda Estatística para o Desenvolvimento para o período 2006-2012, conferindo mandato ao INE e aos OPES para prosseguirem com o processo da sua finalização e aprovação pelo CNEST e pelo Governo, na perspectiva de consulta e informação permanente dos principais actores.

Tarrafal de Santiago, 3 de Maio de 2006.

H.2 Adopção pelos parceiros do desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento do país, presentes no Atelier do Tarrafal, reiteraram a confiança na reforma do SEN e deram o seu acordo de princípio em financiarem a Agenda Estatística.

H.3 Plano de Actividades Estatísticas

Ver o Plano de Actividades.

H.4 Plano de Formação dos Recursos Humanos do Sistema Estatístico Nacional

Ver o Plano de Formação.

H.5 Plano Tecnológico

Ver o Plano Tecnológico.

REPÚBLICA DE CABO VERDE SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO 2006- 2012

SÍNTESE

VISÃO

Em 2012, o Sistema Estatístico de Cabo Verde será um sistema eficaz, que permite a produção e difusão, numa base sustentável, de estatísticas fiáveis, transparentes, com comparabilidade internacional, no quadro da formulação, implementação, seguimento e avaliação dos programas de desenvolvimento económico e social.

I. O QUE É A AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento é o instrumento de gestão do desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional para o período 2006-2012, mas também de coordenação de parcerias para a estatística oficial capaz de garantir adequada previsibilidade dos recursos para a actividade estatística.

II. QUAIS OS OBJECTIVOS DA AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento visa assegurar a melhoria qualitativa e quantitativa da produção e difusão de informação estatística oficial e em específico:

1. Adequar a produção estatística a agenda de desenvolvimento do país e ao seguimento dos ODM;
2. Reforçar as capacidades institucionais e melhorar a articulação e a coordenação do SEN;
3. Promover a cultura estatística e a utilização da informação estatística para a gestão do desenvolvimento a vários níveis;
4. Garantir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento da ciência estatística e à melhoria da cobertura das actividades estatísticas.

III. QUAIS AS COMPONENTES DA AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A Agenda compreende o Plano de Actividades Estatísticas para o período 2006-2012, o Plano de formação dos recursos humanos do SEN, o Plano Tecnológico para o mesmo período, o Plano de Reforço Institucional, assim como um plano de mobilização de recursos.

IV. PRINCIPAIS MARCOS

1. Em 2001.- Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional
2. A 18 de Novembro de 2002 - Lançamento público da iniciativa
3. Em Fevereiro de 2003, Elaboração do Quadro Lógico da Agenda Estatística para o Desenvolvimento

4. Em Julho de 2003 – Lançamento da campanha dos OMD
5. Em Setembro de 2003 – Atelier sobre as responsabilidades do SEN vis-à-vis dos OMD e sobre as necessidades de reforço de capacidades, com apoio do PNUD
6. Em Setembro de 2004 – Aprovação do DECRP
7. Em Abril de 2005 - visita de estudo ao Burkina Faso e à Mauritânia
8. Em Janeiro de 2005- PRSC
9. Em 2006 - Elaboração do Plano de Formação dos RH do SEN
2006-2012
10. De Fevereiro a Abril de 2006 – Elaboração da Agenda Estatística, com apoio do Banco Mundial
11. Em Maio de 2006 – Atelier de Apresentação do Statistical Master-Plan (Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2012)
13. Em Junho de 2006 – Aprovação do financiamento do Plano de Formação
14. Em Setembro de 2006 – Conferência Internacional sobre os desafios da estatística oficial num País em transição
15. De Junho a Dezembro de 2007, elaboração do plano tecnológico
16. Primeiro semestre de 2007- Validação dos utilizadores
- 17 Primeiro semestre de 2008 - Lançamento do Plano Tecnológico.
- 18 Primeiro semestre de 2008 - Lançamento da Agenda Estatística.
19. Primeiro semestre de 2008 – Mobilização de recursos
- 20.Implementação do Plano de Actividades Estatísticas – 2006 - 2012
21. Segundo semestre de 2008- Segundo semestre 2009 - Novas instalações do INE
22. Segundo semestre de 2009 - Avaliação a meio percurso da Agenda
23. Primeiro semestre de 2012- Avaliação final da Agenda no âmbito da Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional

V. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. UMA AGENDA CONSTRUÍDA POR PROCESSO PARTICIPATIVO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento foi elaborada com uma abordagem participativa. Três ateliers nacionais (Fevereiro 2002, Novembro 2003 e Maio de 2006) foram realizados, com a intervenção de vogais do Conselho Nacional de Estatística, de representantes de todos os Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, de importantes segmentos dos utilizadores como as ONGs, e representantes de parceiros como as Agências das Nações Unidas, de Portugal, do Afristat, e de Paris 21, mas também com adequada cobertura da imprensa. No processo de validação a Agenda será apresentada ao Fundo Monetário Internacional, à missão conjunta dos parceiros de ajuda orçamental que abarca o Banco Mundial, Cooperação Holandesa, União Europeia e à comunicação social.

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento será apresentada ao Conselho Nacional de Estatística (CNEST) para aprovação e de seguida ao Governo de Cabo Verde

2. UMA AGENDA ESTATÍSTICA PARA FAVORECER A COORDENAÇÃO ESTATÍSTICA E DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

A Agenda Estatística é um instrumento de coordenação das parcerias para o desenvolvimento das estatísticas oficiais e assim, o essencial dos recursos para a actividade estatística, para a formação, para a melhoria das condições de instalação e tecnológicas para todo o Sistema Estatístico deve ser mobilizado de forma coordenada.

A Agenda Estatística é assim um instrumento de clarificação do esforço público e dos parceiros para a estatísticas oficiais devendo o esforço nacional garantir a sustentabilidade das actividades estatísticas.

O Governo de Cabo Verde realizará uma consulta temática (mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento para a mobilização dos recursos financeiros e técnicos para a execução da Agenda.

3. UMA AGENDA PREPARADA SEGUNDO AS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento consuma a estratégia nacional de desenvolvimento da estatística. Acolhe, em primeira-mão, as recomendações do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África e de PARIS21, mas também os compromissos do País no âmbito do GDSS, do programa estatístico da CEDEAO, do Programa de Comparação Internacional.

4. UMA AGENDA PARA A RESPOSTA DO SISTEMA ESTATÍSTICO AS PRIORIDADES NACIONAIS

A Agenda Estatística consoma a integração da estratégia nacional de desenvolvimento da estatística, na estratégia de desenvolvimento do País foi construída tendo como referências as principais agendas de desenvolvimento, a perspectiva da informação para o mercado e a cidadania, os programas de desenvolvimento e os compromissos internacionais de Cabo Verde.

Atenderá, de forma integrada, todas as prioridades estatísticas do País, designadamente no âmbito do seguimento e avaliação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.

5. UMA AGENDA PARA FAVORECER O CRESCIMENTO ECONOMICO

A Agenda Estatística para o desenvolvimento acorda a devida prioridade à informação sobre o mercado, os indicadores necessários à gestão de políticas macro-económicas como os dos preços, das contas nacionais, das finanças públicas e da balança de pagamentos, sobre as empresas, sobre o comércio externo, sobre o consumo, o turismo e sobre a conjuntura.

A Agenda Estatística deverá, assim, colocar à disposição dos empresários nacionais e estrangeiros, informação que permita identificar oportunidades de negócio, gerir os riscos e monitorar o respectivo desenvolvimento.

6. UMA AGENDA QUE APOSTA NA PESQUISA ACÇÃO, PARA FACILITAR A FOCALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS E MELHORAR O IMPACTO DOS MESMAS E A RESPECTIVA REPARTIÇÃO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento aposta nas operações estatísticas enquanto instrumentos de pesquisa acção. Neste quadro, possibilitará o conhecimento regular da evolução do mercado de trabalho, designadamente do ponto de vista da estrutura e, assim, o conhecimento regular da evolução do desemprego, facilitando a adopção de políticas pró-emprego com estabilidade e rendimento, e o seguimento anual dos respectivos impactos.

A Agenda colocará à disposição dos decisores e dos gestores de programas sociais, informação com periodicidade anual para o conhecimento do impacto recente das políticas e programas de melhoria das condições de vida e em geral de combate à pobreza e ao desemprego, mas também para melhorar a afectação de recursos e a focalização geográfica dos programas.

7. UMA AGENDA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento assenta na valorização dos ganhos e das boas práticas da estatística oficial em Cabo Verde, na perspectiva da gestão baseada nos resultados e na integração e racionalização da actividade estatística oficial, na valorização das fontes administrativas, nos avanços e perspectivas do País no domínio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e, no adequado aproveitamento das capacidades existentes ao nível de todo o Sistema Estatístico Nacional.

A Agenda aposta no desenvolvimento dos recursos humanos e, assim, tem como um dos principais módulos, o Plano de Formação dos Recursos virado para a aquisição de competências para os postos de trabalhos. Nesta perspectiva, o Plano atenderá, assim, a perspectiva de aquisição de três tipos de competências: nível básico (aquisição de competências mínimas), nível avançado (ou especializado, visando a criação de autonomia técnica e científica) e reciclagem (actualização de conhecimentos).

A valorização das fontes administrativas é uma das importantes apostas da Agenda Estatística, visando melhorar a cobertura estatística e racionalizar os custos da actividade estatística. O Plano Tecnológico, a implementar no âmbito da Agenda Estatística, deverá facilitar o aproveitamento dessas fontes, mas também a cartografia censitária e a difusão das estatísticas oficiais.

A Agenda Estatística clarificará a magnitude do esforço nacional para as estatísticas oficiais e recomendará modalidades mais avançadas de afectação de recursos para garantir a previsibilidade e a sustentabilidade do Sistema.

Exigirá naturalmente o reforço do esforço financeiro para as estatísticas. Os recursos para a execução da Agenda Estatística para o Desenvolvimento deverão atingir cerca de 15 milhões de dólares, incluindo as despesas recorrentes de funcionamento do INE, dos OPES e do CNEST.

Para a execução do Plano de Actividades Estatísticas serão necessários cerca de 12,4 milhões de dólares.

Para a execução do Plano de Formação dos Recursos Humanos será necessário cerca de 600.000 dólares.

Para a execução do Plano tecnológico serão necessários cerca de um milhão de dólares. Os investimentos na construção da sede do INE e outras em infra-estruturas e equipamentos deverão também ascender a cerca de 1 milhão de dólares

8. UMA AGENDA PARA FAVORECER O CONHECIMENTO, A PARTICIPAÇÃO E A CIDADANIA

A Agenda Estatística aposta na informação para as ONGs nomeadamente as associações de consumidores, mas também para o cidadão comum, para o conhecimento da situação económica e social, para o exercício do direito e poder reivindicativo, para a participação

na decisão e no esforço colectivo e, em suma, para a cidadania. Assim, propõe-se, também, investir na literacia estatística e, em geral, na promoção da cultura estatística.

9. UMA AGENDA ESTATÍSTICA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Esta é, assim, uma agenda para favorecer a visibilidade e a credibilidade de Cabo Verde, o crescimento económico, a melhoria do impacto das políticas sociais, a redução da pobreza e das desigualdades, o exercício da cidadania, a gestão com sustentabilidade ambiental. Esta é uma Agenda Estatística para o Desenvolvimento.

VI. A AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ACOLHE OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ESTATÍSTICA OFICIAL APROVADOS PELA COMISSÃO DE ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS EM 1994

PRINCÍPIOS	ACOLHIMENTO PELA AGENDA ESTATÍSTICA
<p>1º PRINCÍPIO A Estatística Oficial constitui um elemento indispensável do sistema de informação de uma sociedade democrática, que proporciona às instituições oficiais da nação, ao sector económico e ao público dados acerca da situação económica, demográfica, social e ambiental. Com este fim, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem elaborar estatísticas oficiais com critérios de utilidade e interesse públicos e disponibilizá-las com imparcialidade para que os cidadãos possam exercer o seu direito de acesso à informação pública.</p>	<p>O processo de preparação da Agenda Estatística, procurou, através da análise e consideração da incidência estatística das agendas de desenvolvimento e compromissos nacionais, mas também pela devida consideração da procura recente da informação estatística, seleccionar as operações estatísticas de utilidade efectiva para o conhecimento e a acção pelo decisor (nacional ou estrangeiro, incluindo os parceiros de desenvolvimento), como pelo cidadão comum.</p>
<p>2º PRINCÍPIO Para manter a confiança na informação Estatística Oficial, os organismos responsáveis pela estatística devem decidir, de acordo com considerações estritamente profissionais, princípios científicos e ética profissional, os métodos de recolha e os procedimentos para o tratamento, conservação e apresentação dos dados estatísticos.</p>	<p>A Agenda Estatística será implementada pelo Sistema Estatístico Nacional que goza de independência, tendo os Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, autonomia, no quadro do exercício da actividade estatística. As opções técnicas e metodológicas que as operações estatísticas da Agenda encerram, decorrem das boas práticas internacionais emanadas da Comissão de Estatística das Nações Unidas.</p>
<p>3º PRINCÍPIO Para facilitar uma interpretação correcta dos dados, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem apresentar a informação de acordo com a metodologia científica sobre fontes, métodos e procedimentos da estatística.</p>	<p>A divulgação de informações sobre as fontes, os métodos e procedimentos utilizados já é prática na maioria das publicações estatísticas. Contudo, a Base de Dados de Estatísticas Oficiais a finalizar no âmbito da Agenda Estatística comporta uma base de dados de meta-informação, pelo que para além de garantir o acesso através de um balcão único, - o portal de estatísticas oficiais de Cabo Verde - de</p>

	<p>todas as estatísticas oficiais, disponibiliza para cada estatística a meta-informação designadamente relativa à fonte, os métodos e os procedimentos .</p>
<p>4º PRINCÍPIO Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial têm o direito de formular observações sobre as interpretações erróneas e a utilização indevida das estatísticas.</p>	<p>Já é hábito os Órgãos do Sistema Estatístico Nacional e, principalmente, o INE, prestar informação pública para esclarecimento, em casos de interpretações erróneas e de usos abusivos das estatísticas oficiais. Continuando, no essencial, o mesmo ordenamento jurídico, esta boa prática será mantida</p>
<p>5º PRINCÍPIO Os dados utilizados para fins estatísticos podem obter-se recorrendo a toda a espécie de fontes, sejam inquéritos estatísticos ou registos administrativos. Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem eleger a fonte, tendo em conta a qualidade, a oportunidade, o custo e a carga que implica para as unidades informadoras.</p>	<p>A Agenda Estatística preconiza, para dar resposta à demanda estatística, o recurso a inquéritos e censos, mas também uma adequada valorização das fontes administrativas. O plano tecnológico é um dos módulos da Agenda Estatística e visa, entre outros, dotar o SEN de plataformas e soluções tecnológicas que permitam o melhor aproveitamento das fontes administrativas. A Agenda tem, ainda, a preocupação da integração estatística, de forma a se evitar a duplicação de esforços e a sobrecarga dos respondentes.</p>
<p>6º PRINCÍPIO Os dados individuais recolhidos pelos organismos estatísticos para a elaboração de estatística oficial, tanto provenientes de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados, exclusivamente, para fins estatísticos.</p>	<p>A Agenda Estatística recomendará algumas alterações legislativas para melhor adequar o quadro legislativo e institucional aos desafios da estatística nesta década. Contudo, as alterações não abrangerão o princípio do segredo estatístico devidamente tratado na Lei do SEN.</p>
<p>7º PRINCÍPIO As leis, regulamentos e disposições que regulam o funcionamento dos sistemas estatísticos devem se dar a conhecer ao público.</p>	<p>Todas as leis e regulamentos que regem o Sistema Estatístico estão no Boletim Oficial, como também do Portal do INE.</p>
<p>8º PRINCÍPIO A coordenação entre os diferentes organismos estatísticos de cada país é essencial para assegurar a coerência e a eficiência do sistema estatístico.</p>	<p>Todas as leis e regulamentos que regem o Sistema Estatístico estatuem, de forma clara, sobre o princípio e os mecanismos de coordenação, tanto de objectivos como técnica. A Agenda Estatística é, por excelência, um instrumento de integração estatística e, assim, de coordenação das actividades estatísticas visando a racionalização das actividades estatísticas.</p>
<p>9º PRINCÍPIO A utilização pelos organismos estatísticos de cada país, de conceitos, classificações e métodos internacionais, fomenta a coerência e a eficiência do sistema estatístico, em todos os níveis oficiais.</p>	<p>As operações estatísticas da Agenda assentam na utilização dos conceitos, classificações e métodos universais. Assim, o desenvolvimento de nomenclaturas estatísticas não existentes, a partir de referências e revisão das existentes, tendo em conta a revisão dos standards internacionais, são actividades previstas na Agenda.</p>

<p>10º PRINCÍPIO A cooperação bilateral e multilateral, no âmbito da estatística contribui para melhorar os sistemas de elaboração de estatísticas oficiais em todos os países.</p>	<p>A Agenda Estatística para o Desenvolvimento acolheu, em primeira-mão, as orientações do Quadro Estratégico para o Reforço de Capacidades Estatísticas em África e de PARIS 21. Outrossim, a execução da Agenda será realizada com recurso à cooperação bilateral, bem como multilateral, como Afristat, Banco Mundial, BAD, Nações Unidas, mas também os organismos sub-regionais de cooperação como a CEDEAO.</p>
--	---

VII. UMA AGENDA ESTATÍSTICA PARA A INTEGRAÇÃO DAS ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

<i>OBJECTIVOS</i>	<i>DOCUMENTO</i>	<i>... PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PRSC</i>	<i>.....COMPROMISSOS INTERNACIONAIS GDDS</i>	<i>OUTRAS PRIORIDADES NACIONAIS</i>
<i>DO MILENIO PARA O DESENVOLVIMENTO OMD</i>	<i>DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA DECRP</i>	<i>PROG AJUDA O HOLANDA PROG AJUDA EU</i>	<i>CEDEAO</i>	

AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO 2006 - 2012



7.1 O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DA AGENDA ESTATÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2012 procura integrar a estratégia de desenvolvimento da estatística na estratégia nacional de desenvolvimento e, para tanto, cuidar da incidência estatística dos compromissos internacionais, agendas e programas de desenvolvimento do País.

Assim, foi desenvolvido um sistema de informação para a gestão da Agenda Estatística que estabelece um inventário de aproximadamente 40 compromissos internacionais, agendas e programas de desenvolvimento do País dos quais os OMD, o DECRP, o GDDS, o acompanhamento multilateral no âmbito da CEDEAO, os programas de ajuda orçamental da União Europeia e da Holanda e a respectiva incidência estatística traduzida em mais de 700 indicadores estatísticos. O Sistema estabelece a cronologia de difusão dos indicadores estatísticos, tendo em conta os mecanismos de seguimento e avaliação dos compromissos, programas e agendas, inventaria as fontes estatísticas, as grandes

operações estatísticas (Censos e Inquéritos), as operações sobre fontes administrativas e sobre as estatísticas correntes, com a respectiva cronologia, bem como o plano de difusão estatística para o período 2006-2012. O Sistema estabelece, ainda, a matriz das parcerias técnicas, financeiras e institucionais de suporte à Agenda Estatística. Este sistema facilita, inclusive, todo o processo de hierarquização das actividades estatísticas, tendo em vista o conjunto de compromissos, agendas e programas de desenvolvimento que atende.

Construído, no âmbito da elaboração da Agenda, será efectivamente o sistema de gestão futura da Agenda, podendo, inclusive, parte dos seus outputs ser de consulta pública através da BDEO, no âmbito da transparência da actividade estatística, de forma a *contribuir* para o reforço da cultura estatística, mas também para o controle público da actividade do SEN.

MATRIZ AGENDAS – INDICADORES

MATRIZ OPERAÇÕES – AGENDAS

Caixa 2. Incidência estatística das agendas e programas de desenvolvimento

Operação	Operações																											
	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatísticas a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatísticas a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio	
Balanço Energético																												
Carta educativa																												
Censo florestal																												
Contas Nacionais (definitiva novo sistema)																												
Demografia empresarial																												
Dinâmica do mercado de emprego																												
Dispositivo de seguimento da vulnerabilidade alimentar das famílias																												
Estatísticas das Finanças Públicas																												
Estatísticas da AOD (OECD)																												

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacional
Estatísticas de Balança de Pagamentos																											
Estatísticas de Género																											
Estatísticas do Comércio Externo																											
Estatísticas Monetárias																											
Estatísticas policiais																											
Estatísticas vitais																											
Exploração dos Registos Administrativos de CV Telecom																											
Exploração dos Registos da Direcção Geral de Cooperação Internacional																											
Exploração estadística dos Registos das Estruturas de Saúde (SIS)																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Exploração estatística da actividade de supervisão do sector segurador																											
Exploração estatística da informação epidemiológica sobre o VIH/SIDA																											
Exploração estatística do Registo de Investimentos Privados																											
Exploração estatística do Registo de planos de gestão de áreas terrestres protegidas																											
Exploração estatística do Registo de Sociedades																											
Exploração estatística do Registo de veículos																											
Exploração Estatística dos Actos Judiciais																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio	
	Exploração estatística dos Regimes Aduaneiros e Comerciais da Direcção Geral do Comercio																											
	Exploração estatística dos registos de doenças de declaração obrigatória																											
	II Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva																											
	Índice de Preços ao Consumidor																											
	Inquérito à Movimentação de Hóspedes																											
	Inquérito à Produção da Pesca Artesanal e Industrial																											
	Inquérito à Produção e Consumo de Energia																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Inquérito à Satisfação e Gastos dos visitantes não residentes																											
Inquérito à Satisfação e Utilização das TIC nas empresas																											
Inquérito à Satisfação e Utilização das TIC nos agregados familiares																											
Inquérito agrícola anual de sequeiro, regadio, pecuária																											
Inquérito anual às Empresas																											
Inquérito ao emprego																											
Inquérito ao sector informal																											
Inquérito aos corpos docentes, discentes e às infraestruturas escolares																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Inquérito aos Preços nos Pescadores																											
Inquérito aos transportes de passageiros																											
Inquérito às despesas e receitas familiares 2012																											
Inquérito às empresas de combustível																											
Inquérito as necessidades de formação																											
Inquérito de Conjuntura																											
Inquérito Junto das famílias com crianças no pré-escolar																											
Inquérito preços PCI																											
Inquérito sobre o impacto do alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos																											

Operação	Acompanhamento Multilateral – CEDEAO	Acompanhamento multilateral do Acordo de Cooperação Cambial CVE-	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)	Estatística a fornecer periodicamente à CEDEAO	Estatística a fornecer periodicamente à FAO	Estatística a fornecer periodicamente à UNESCO	Estatística a fornecer periodicamente à UNSD	Estatística a fornecer periodicamente ao Bureau Internacional do Trabalho	Gestão das políticas monetária e cambial	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)	Plano de desenvolvimento turístico	Plano de Género e Desenvolvimento	Plano energético nacional	Plano Estratégico 2008-2012 da Luta contra o SIDA	Plano Estratégico da Agricultura	Plano Estratégico de Formação Profissional	Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos 2015	Plano Rodoviário	Programa «Crescimento e Competitividade»	Programa com o Fundo Monetário Internacional	Programa de Ajuda Orçamental Holandesa	Programa de Comparação Internacional - África	Programa de cooperação entre o Governo de Cabo Verde e o Burea	Programa no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação	Sistema de Informação Ambiental	Sistema de Informação para a segurança alimentar	Sistema Geral de Difusão de Dados do Fundo Monetário Internacio
Inquérito sobre os custos das acções de formação																											
Inquérito socio-económico às unidades de pesca																											
Inventário Anual aos Estabelecimentos Hoteleiros																											
Projeções demográficas 2000-2020																											
Quadro do pessoal																											
Questionário Unificado de Ind. Básicos Bem-Estar																											
Recenseamento Empresarial 2009																											
Recenseamento Geral de População e Habitação 2010																											
Registo de Emissões de Dióxido de Carbono																											

VIII. PLANO DE ACTIVIDADES ESTATÍSTICAS

O Plano de Actividades Estatísticas compreende operações de síntese como as contas nacionais, as projecções demográficas, a balança de pagamentos e o balanço energético, Censos e Inquéritos como o Censo 2010, o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2012 (IDRF 2012), o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB), o IIº Recenseamento Empresarial de Cabo Verde a realizar-se em 2009, o Inquérito Anual às Empresas, o Inquérito sobre a satisfação dos turistas, o Inventário Anual de Estabelecimento de Alojamento Turístico, o Inquérito sobre a situação dos Deficientes, a realizar pelo INE.

Compreende, ainda, o Inquérito Semestral ao Emprego, o Inquérito ao Sector Informal a realizar-se pelo IEFPP, o Inquérito Socio-económico, o recenseamento das unidades de pesca artesanal e o inquérito à produção da pesca artesanal e industrial, a realizar pelo INDP, o Dispositivo de seguimento da vulnerabilidade à insegurança alimentar, o Inquérito aos Parâmetros Zootécnicos do Gado, o Inquérito Anual ao sequeiro e pecuária, o Inquérito à produção do regadio entre outras operações do sistema de estatísticas permanentes do MA.

Compreende ainda a produção de estatísticas com recurso a fontes administrativas, especialmente pelos OPES como a Educação e a Saúde, bem como o desenvolvimento das estatísticas correntes.

IX. PLANO DE FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO SEN PARA 2006-2012

Do SEN é esperado que se responsabilize pelo essencial dos programas de seguimento e avaliação incluídos nesses projectos ou programas. As exigências ao SEN implicam que este seja devidamente capacitado no sentido de responder de forma positiva e oportuna a essas demandas. Neste sentido, foi elaborado o presente Plano de Formação para o período 2006-2012, visando o cumprimento da Plano da Actividade Estatística de Médio Prazo para o mesmo período.

A integração do Plano de Formação no Plano de Actividades é um exercício inovador em Cabo Verde, elaborado pelo INE, em colaboração com os OPES, ouvidos durante o processo.

O Plano de Formação do SEN permite, numa perspectiva de médio e longo prazo, a autonomia técnica gradual dos OPEO e, torna cada vez mais habilitados os OPEO a prestarem serviço numa óptica de rentabilização dos seus recursos humanos e materiais, sobretudo, de tratamento automático da informação.

O Plano de Formação é virado para a aquisição de competências, tendo sido incluídas todas as acções de formação que, para um determinado posto de trabalho, possibilitam o exercício cabal das funções atribuídas a este posto. Nesta perspectiva, foi elaborado o

Plano tendo em conta três tipos de competências: nível básico (aquisição de competências mínimas), nível avançado (ou especializado, visando a criação de autonomia técnica e científica) e reciclagem (actualização de conhecimentos).

Nesta perspectiva, foi considerado como padrão mínimo para os técnicos mais qualificados (superiores e médios) um conjunto de aptidões à entrada ou a serem desenvolvidas como ferramentas de trabalho (SPSS, Excel avançado, Elaboração e Gestão de Projectos e Línguas). Daí que, estas acções tenham peso importante no conjunto das acções inventariadas.

As acções de formação identificadas beneficiam todos os grupos e categorias profissionais, não sendo exclusivo dos técnicos com grau académico mais elevado ou implicados directamente na produção estatística.

As acções identificadas visam o desenvolvimento de competências para o desempenho de tarefas. Nesta perspectiva, foram eliminadas as acções para aquisição de grau académico, ou seja, não foram incluídas as licenciaturas, pós-graduações, mestrados ou doutoramentos, devendo estas acções serem contempladas num âmbito completamente diferenciado.

O Plano de Formação pretende ainda ser escalonado no tempo. No entanto, a impossibilidade de definir à partida os financiamentos disponíveis não permitem um detalhe superior, na medida em que, o seu desenho na implementação, a escolha das modalidades e o tipo de formação depende sobremaneira dos recursos financeiros colocados à disposição. No entanto, este documento deve dar origem ao Plano Operacional de Formação numa óptica anual, devendo neste serem identificados o número efectivo de beneficiários, as modalidades (on Job, em sala de formação, em Cabo Verde, no estrangeiro, e-learning, ...), a duração e o conteúdo programático, entre outras questões.

É convicção que muitas das acções de formação podem e devem ser multiplicadas pelos técnicos do SEN ou, de forma complementar, por consultores nacionais devidamente habilitados. Nesse caso, a utilização de parcerias com a Universidade de Cabo Verde e outras instituições do ensino superior é incontornável.

O Plano de Formação implica uma alteração substancial na política de gestão do pessoal técnico do sem, no sentido de serem multiplicadas pelos beneficiários as acções de formação, em modalidades, a estudar caso a caso. O objectivo é, por uma lado, garantir que haja um benefício institucional efectivo e não apenas benefícios individuais associados à formação e, por outro, que técnicos de diferentes áreas ganhem sensibilidade em diferentes domínios com benefícios evidentes para a mobilidade profissional.

Todavia, é necessário que se tenha em mente que formar pessoas não é apenas lhes dar informações para que elas tenham novos conhecimentos, habilidades e tornem-se mais eficientes naquilo que fazem. É, sobretudo, um processo básico para que os trabalhadores descubram novas atitudes, ideias, soluções e conceitos que modifiquem seus hábitos e comportamentos.

Tem os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

Implementar o Plano de Formação de Médio Prazo para o SEN no período de 2006 a 2012 que permita, por um lado, o cumprimento da Agenda Estatística e, por outro, que oriente o SEN para a sua gradual autonomia técnica e científica, através da racionalização dos recursos escassos afectos a esta actividade, disseminando conhecimento através da multiplicação interna e a promoção de uma verdadeira política de mobilidade no seio do SEN.

Objectivos Específicos

- ❖ *Cumprir as atribuições no âmbito dos programas de seguimento e avaliação do DECRP, MCA e OMD, entre outros documentos e programas de referência do país;*
- ❖ *Dotar os OPEO do SEN das competências técnicas e científicas com vista à redução gradual da sua, ainda, extrema dependência técnica de entidades externas ao Sistema;*
- ❖ *Possibilitar o cumprimento da Agenda Estatística 2006-2012;*
- ❖ *Permitir ao INE o acréscimo de receitas através da prestação de serviços especializados em áreas estatística e afins;*
- ❖ *Permitir ao INE apoiar as instituições de ensino superior na docência de disciplinas com elevada componente técnica e científica;*
- ❖ *Estimular a inovação nos métodos de trabalho e promover a elaboração de comunicações técnicas.*

Para a concretização desses objectivos, o Plano de Formação tem uma lógica temporal que permite, por um lado, a racionalização dos recursos escassos, afectos a esta actividade e, por outro, permitam a disseminação do conhecimento através da multiplicação interna. A meta será sempre produzir estatísticas com qualidade e difundidas com oportunidade.

No final da execução do Plano deverá não só ter sido reforçada a capacidade teórica interna e a respectiva capacidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, mas, sobretudo, permitir a promoção de uma verdadeira política de mobilidade interna (no INE e nos OPES) dos quadros técnicos.

Para a sua elaboração foi utilizada a seguinte metodologia:

- ✓ *Realizar uma avaliação das necessidades em efectivos e formação dos órgãos produtores de estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional. Para o efeito, foi lançado um inquérito junto de todos os técnicos do SEN, seguido de entrevistas qualitativas aos dirigentes dos órgãos produtores;*
- ✓ *Desenvolver progressivamente um programa de formação corrente, aberto a todos os órgãos produtores do Sistema Estatístico Nacional, em estatística (em áreas técnicas e instrumentais correlacionadas), e em gestão;*

- ✓ *Privilegiar as modalidades de formação no posto de trabalho, sempre que necessário com a colaboração de estruturas adequadas do ensino superior, tanto nacionais como estrangeiras, que oferecerem um ensino de qualidade reconhecida. Foi igualmente privilegiada a formação on Job ou em horário laboral como forma de se promover a participação e a obtenção de resultados concretos. No entanto, esse objectivo deve ser concretizado de forma mais efectiva nos Planos Operacionais.*
- ✓ *Privilegiar a formação em território nacional, seja realizada por consultores nacionais ou por consultores internacionais, mas a realizar em Cabo Verde, como forma de racionalização de recursos e de se aumentar, de forma significativa, o número de beneficiários.*

Se, por um lado, não existem instituições nacionais credíveis em todas as áreas que se prevêem lacunas, em termos de conhecimentos técnicos, a execução de acções no exterior do país são demasiado custosas e estarão sempre limitadas a um número reduzido de beneficiários. Assim, é importante a elaboração de uma estratégia de financiamento das acções de formação fortemente correlacionada com a política de cooperação estatística.

Como produtos do Plano de Formação obteve-se:

- ✓ *Caracterização do efectivo técnico nos OPEO;*
- ✓ *Identificação das Necessidades em Efectivos e Formação dos OPEO;*
- ✓ *Orçamentação das Acções de Formação;*
- ✓ *Distinção entre formação para capacitação teórico-científica e formação para reciclagem;*
- ✓ *Identificação das acções de formação para cada OPEO.*

O Plano de Formação, ora elaborado, permitirá, em função dos recursos mobilizados, identificar as acções de formação necessárias e as respectivas modalidades. O produto a obter será assim o Plano Operacional de Formação.

O plano de formação custará aproximadamente 600 mil USD, sendo cerca de 70% afecto ao INE e 30% aos OPES.

X. ACTORES

A coordenação da Agenda Estatística será assegurada, no âmbito do sistema e dos mecanismos de funcionamento do Sistema Estatístico Nacional. Assim, a coordenação das actividades estatísticas será superiormente realizada pelo CNEST, tendo como instrumento os planos e os relatórios de actividade estatística oficial.

Nos termos da lei, os parceiros do desenvolvimento serão convidados para as reuniões do CNEST em que se aprova o relatório e os planos anuais de actividades estatísticas.

O INE assegura a coordenação técnica, nos termos da lei, através de protocolos com os OPES, para realização de operações conjuntas e de integração das operações como o QUIBB-CV.

O INE liderará a montagem do plano tecnológico do Sistema Estatístico Nacional e assegura a coordenação da implementação em articulação com a NOSI.

A implementação do plano de formação será coordenada pelo INE em articulação com organismos da administração pública da área da formação. Será criado ao nível do INE, uma Unidade de Gestão do Plano de Formação

A Direcção de Planeamento e Operações do INE superintende o planeamento e o seguimento da Agenda Estatística.

A coordenação das parcerias para a Agenda Estatística será assegurada pela Direcção Geral do Planeamento do Ministério das Finanças e Administração e a Direcção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades. Será realizada, anualmente, uma reunião de balanço da programação da cooperação estatística, com o INE e os OPES e sob a liderança da Direcção Geral do Planeamento e da Direcção-Geral da Cooperação Internacional.

XI. RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA

A Agenda Estatística para o Desenvolvimento constitui a oportunidade da década para se adequar o Sistema Estatístico às exigências de um País de Desenvolvimento Médio, exigindo o reforço do esforço financeiro para a estatística.

Os recursos para a execução da Agenda Estatística para o Desenvolvimento deverão atingir cerca de 15 milhões de dólares, incluindo as despesas recorrentes de funcionamento do INE, dos OPES e do CNEST.

Este montante inclui:

- ✓ 12,4 Milhões de dólares para a execução do Plano de Actividades Estatísticas
- ✓ 600 Mil dólares para a execução do Plano de Formação dos Recursos Humanos
- ✓ 1 Milhão de dólares para a execução do Plano tecnológico
- ✓ 1 Milhão de dólares para os investimentos na construção da sede do INE e outras em infra-estruturas e equipamentos.

O Governo de Cabo Verde aprovará a Agenda Estatística, tornando-a num instrumento oficial de gestão do desenvolvimento do Sistema Estatístico, como negociará um STATCAP com o Banco Mundial, assim como o financiamento do BAD no âmbito do programa de cooperação com Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde realizará uma consulta temática (Mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento para a mobilização dos recursos necessários à execução da Agenda Estatística

XII. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

PRINCÍPIOS

- 1. A Agenda Estatística é um instrumento de coordenação das parcerias para o desenvolvimento das estatísticas oficiais, devendo, inclusive, favorecer a racionalização dos recursos (Não duplicação de esforços e integração estatística).*
- 2. O esforço nacional deverá garantir a sustentabilidade das actividades estatísticas.*
- 3. O suporte financeiro da Agenda Estatística é segmentado de acordo com as áreas de especialização dos parceiros.*
- 4. A cooperação no domínio da estatística deverá favorecer a previsibilidade de recursos para a actividade estatística oficial.*

MECANISMOS

- 1. O Governo realizará uma consulta temática (Mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento);*
- 2. Afectação de recursos nacionais através do Orçamento do Estado;*
- 3. Consultas temáticas aos parceiros;*
- 4. Balanço e programação anual da cooperação estatística pelo INE, OPES, DGP e DGCI, sob a liderança dos dois últimos.*

PARCERIAS JÁ IDENTIFICADAS

Propõe-se recorrer ao financiamento do Banco Mundial através do STACAP e do Trust-Fund de Seguimento e Avaliação do PRSP, do BAD no âmbito do novo programa de cooperação com Cabo Verde para o período 2008-2012 e do Programa de Comparação Internacional (PCI), da Cooperação Sueca no âmbito do Projecto de Assistência ao Sistema Estatístico de Cabo Verde, da Cooperação Portuguesa, no âmbito do Acordo de Cooperação Estatística e no quadro do programa de cooperação de médio prazo, do Escritório Comum dos Fundos e Programas das Nações Unidas no âmbito do Programa de Cooperação para o período 2008-2012 e do apoio ao seguimento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, da União Europeia, no âmbito do projecto «Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP», de Handicap International e a Cooperação Luxemburguesa, no âmbito da cooperação com Cabo Verde e do Millenium Challenge Account, da CEDEAO, no âmbito do ECOSTAT e do Afristat, no âmbito do Programa Estratégico 2008-2012.

ROTEIRO PARA A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

- 1. Contactos bilaterais com eventuais parceiros*
- 2. Aprovação da Agenda Estatística pelo Governo*
- 3. Consulta temática (Mesa redonda) dos parceiros de desenvolvimento*
- 4. Preparação do plano financeiro e do plano de cooperação da Agenda Estatística para 2007*
- 5. Primeira reunião – DGP, DGCI, INE e OPES*

Praia – Cabo Verde, Abril de 2007.